

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Mestrado em Museologia e Patrimônio

Marcelo Augusto Kich Scheffer

Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (1970 - 2002):
um caso de preservação do patrimônio industrial

Porto Alegre

2026

Marcelo Augusto Kich Scheffer

Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (1970 - 2002):
um caso de preservação do patrimônio industrial

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de mestre em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Letícia Julião.

Porto Alegre

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora Marcia Barbosa

Vice-Reitor Pedro de Almeida Costa

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Taís Martins

Vice-Diretora Thiago Henrique Bragato Barros

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Coordenadora Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Coordenadora Substituta Ana Celina Figueira da Silva

CIP - Catalogação na Publicação

Kich Scheffer, Marcelo Augusto
Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (1970 -
2002): um caso de preservação do patrimônio industrial
/ Marcelo Augusto Kich Scheffer. -- 2026.
135 f.
Orientadora: Letícia Julião.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. patrimônio industrial. 2. musealização. 3.
memória empresarial. 4. gestão em museus. I. Julião,
Letícia, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl.203

Bairro Santana - Porto Alegre - RS CEP: 90035-007

Telefone 51 3308-2163

E-mail: ppgmuspa@ufrgs.br

Marcelo Augusto Kich Scheffer

Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (1970 - 2002):

um caso de preservação do patrimônio industrial

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada em 23 de abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Letícia Julião – UFMG/PPGMusPa (Orientadora)

Prof^a Dr^a Olívia Silva Nery – PPGMusPa/UFRGS (Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Manuelina Maria Duarte Cândido – UFMG (Examinadora)

Prof. Dr. Ronaldo André Rodrigues da Silva – PUC Minas (Examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), universidade pública e de excelência, pelo espaço de formação e pesquisa que tornou possível desenvolver este trabalho, jornada que iniciou em 2014 e transformou e transforma até hoje a minha vida.

Agradeço, com especial reconhecimento, à Prof^a Dr^a Letícia Julião, pela orientação cuidadosa. Mesmo à distância, esteve sempre disponível quando precisei, acompanhando o processo com atenção, generosidade e rigor, aspectos que foram decisivos para a condução e a maturação desta dissertação.

Também à Fundação Força e Luz, pela oportunidade de concluir o mestrado a partir de incentivos que viabilizaram condições concretas de estudo, investigação e permanência no percurso acadêmico. O apoio no ambiente profissional foi determinante para que este trabalho pudesse ser realizado com o tempo, a dedicação e o acesso necessários.

Por fim, e mais importante, agradeço aos meus gatos, Jack e Lilith, companheiros constantes ao longo de toda a jornada de estudos. Entre rotinas, prazos e revisões, estiveram sempre por perto, oferecendo um tipo de presença silenciosa e cotidiana que, em muitos momentos, foi o meu principal apoio emocional.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) como experiência pioneira de preservação do patrimônio industrial do setor elétrico, discutindo como seus acervos foram constituídos, organizados e legitimados ao longo de sua trajetória institucional. Orientada pelos conceitos de patrimônio industrial, musealização e memória empresarial, a pesquisa investiga o deslocamento de objetos, documentos e imagens de seus contextos de origem (usinas, subestações e instalações de distribuição) para a guarda museológica, examinando tensões entre as formas de preservação recomendada e as práticas de salvaguarda diante dos desafios enfrentados pelo museu. Metodologicamente, adota-se um estudo de caso de abordagem qualitativa, articulando pesquisa bibliográfica e documental, análise de instrumentos de registro e documentação museológica (como processos de inventário/tombamento e organização de conjuntos), além de entrevistas com profissionais e ex-colaboradoras vinculadas ao museu. Os resultados indicam que a formação das coleções ocorreu de modo incremental, atravessada por condições institucionais, mudanças administrativas e limitações operacionais, mas sustentada por esforços de continuidade e por um entendimento prático da relevância histórica do acervo. Conclui-se que, embora a noção de “patrimônio industrial” nem sempre tenha sido explicitada na gestão do MERGS, a natureza, a origem e a diversidade de seus conjuntos (tridimensionais, documentais, fotográficos e audiovisuais) evidenciam seu valor para a história da eletrificação, do trabalho e das sociabilidades vinculadas à empresa, destacando a necessidade de políticas de salvaguarda, documentação e difusão compatíveis com essa categoria patrimonial.

Palavras-chave: patrimônio industrial; musealização; memória empresarial; gestão em museus.

ABSTRACT

This study analyzes the Museum of Electricity of Rio Grande do Sul (MERGS) as a pioneering experience in preserving the industrial heritage of the electric power sector (Brazil), discussing how its collections were constituted, organized, and legitimized throughout its institutional trajectory. Grounded in the concepts of industrial heritage, musealization, and corporate memory, the research examines the displacement of objects, documents, and images from their original contexts (power plants, substations, and distribution facilities) into museum custody, addressing tensions between recommended preservation approaches and safeguarding practices adopted in response to the challenges faced by the museum. Methodologically, the study adopts a qualitative case study approach, combining bibliographic and documentary research, analysis of registration and museum documentation instruments (such as inventory/accession and listing processes, as well as the organization of collection sets), and interviews with professionals and former collaborators linked to the museum. The results indicate that collection formation occurred incrementally, shaped by institutional conditions, administrative changes, and operational constraints, yet sustained by continuity efforts and by a practical recognition of the collection's historical relevance. The study concludes that, although the notion of "industrial heritage" was not always explicitly articulated in MERGS's management, the nature, provenance, and diversity of its holdings (three-dimensional objects, archival materials, photographs, and audiovisual records) demonstrate their value for the history of electrification, labor, and company-related sociabilities, underscoring the need for safeguarding, documentation, and dissemination policies consistent with this heritage category.

Keywords: industrial heritage; musealization; corporate memory; museum management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prédio Força e Luz, s.d.....	33
Figura 2 - Prédio Força e Luz, 2022.....	34
Figura 3 - Usina do Gasômetro pelo rio Guaíba, 2025.....	36
Figura 4 - Usina Passo do Inferno, 1948.....	40
Figura 5 - Usina Passo do Inferno, 1948.....	41
Figura 6 - Assinatura do Termo de encampação, 1959.....	42
Figura 7 - Leilão da CEEE-D, 2021.....	44
Figura 8 - Informativo da CEEE, 1977.....	46
Figura 9 - Inauguração do MERGS, 1977.....	47
Figura 10 - Segunda sede do MERGS, 1977.....	48
Figura 11 - Mediação no MERGS, 1977.....	48
Figura 12 - Terceira sede do MERGS, 1990.....	49
Figura 13 - Sala expositiva do MERGS, 1990.....	50
Figura 14 - Sala expositiva do MERGS, 1998.....	51
Figura 15 - Sala expositiva do MERGS, 2025.....	52
Figura 16 - Reserva técnica, 2022.....	52
Figura 17 - Exposição do acervo, s/d.....	57
Figura 18 - Visita do Presidente da CEEE ao MERGS, 1984.....	58
Figura 19 - Livro tombo do MERGS, 1977.....	61
Figura 20 - Registro de doação no livro tombo do MERGS, 1987.....	66
Figura 21 - Ficha catalográfica do MERGS, 1981.....	67
Figura 22 - Visita de Lina Bo Bardi ao MERGS, 1982.....	69
Figura 23 - Visita de Lina Bo Bardi ao MERGS, 1982.....	69
Figura 24 - Documento de tombamento de bens patrimoniais, 1953.....	72
Figura 25 - Amperímetro da Usina de Bagé/RS, s/d.....	73
Figura 26 - Vila operária. Construção da Usina de Ivaí/RS, 1951.....	74
Figura 27 - Placa de identificação patrimonial da CEEE, 1940.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Associação Brasileira de Museus
ARM	Associação Riograndense de Museologia
CCCEV	Centro Cultural CEEE Erico Verissimo
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COREM	Conselho Regional de Museologia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EFL	Espaço Força e Luz
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MERGS	Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul
MINC	Ministério da Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNM	Política Nacional de Museus
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEDAC	Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul
SEM/RS	Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
TICCIH	<i>The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: contextos de transformação no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	15
2.1 Cenário museológico no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980.....	15
2.2 Patrimônio industrial no Brasil.....	22
2.3 A preservação do patrimônio industrial no RS e Porto Alegre.....	26
3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE: a CEEE e a criação do MERGS.....	39
3.1 A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).....	39
3.2 O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.....	45
4 COMPOSIÇÃO DOS ACERVOS: uma construção da memória do trabalho no setor elétrico	60
4.1 Constituição das coleções.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – Roteiro para entrevista semiestruturada.....	91
ANEXO A – Resolução de criação do MERGS, 1977.....	92
ANEXO B – Certificado de entidade cultural, 1977.....	93
ANEXO C – Informativo CEEE – Abertura MERGS, 1977.....	94
ANEXO D – Solicitação para mudança de sede, s/d.....	96
ANEXO E – Notícia reunião de todas as gerências da CEEE, s/d.....	99
ANEXO F – Divulgação de exposição itinerante, s/d.....	100
ANEXO G – Informativo CEEE – Criação do MERGS, 1977.....	101
ANEXO H – Projeto de estruturação do MERGS, 1979.....	102

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (1970–2002) como um caso de preservação do patrimônio industrial, tomando como eixo a institucionalização da memória da eletricidade, a partir da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), e os efeitos desse vínculo na constituição das coleções, nas práticas de musealização e na documentação museológica. O recorte temporal contempla tanto a criação do projeto na década de 1970, quanto sua consolidação institucional e espacial até o retorno ao Edifício Força e Luz em 2002, momento em que se reconfigura o centro cultural associado ao prédio e se estabiliza a presença do museu no centro histórico de Porto Alegre.

Minha relação com o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) não se dá apenas como objeto acadêmico, mas também como experiência de trabalho, construída ao longo de diferentes funções e responsabilidades. Iniciei minha atuação em 2017, como estagiário, permanecendo até 2018, sendo meu primeiro contato com os acervos. Em março de 2021, fui contratado como museólogo responsável pelos acervos e gestor do Núcleo de Patrimônio Cultural da Fundação Força e Luz, centro cultural que gerencia os acervos do Memorial Erico Verissimo (MEV) e do MERGS. Nessa função, atuei diretamente com os acervos até março de 2025, coordenando de perto os procedimentos de documentação, preservação, exposição e comunicação. Em 2025 fui promovido a coordenador e, no mesmo ano, assumi a direção executiva da instituição, o que ampliou meu olhar para dimensões de gestão, planejamento e tomada de decisão que também atravessam a trajetória do museu. Essa posição, simultaneamente profissional e investigativa, orienta esta dissertação: não para substituir o distanciamento analítico, mas para explicitá-lo, transformando o cotidiano de trabalho e gestão em problema de pesquisa e permitindo observar como decisões de estrutura organizacional, mudanças de sede, escolhas de registro e estratégias institucionais moldaram o acervo e a narrativa do MERGS. A pesquisa dialoga, ainda, com um cenário contemporâneo de reestruturação institucional e atualização documental, incluindo processos de arrolamento e catalogação digital em andamento, o que evidencia a pertinência de revisitar criticamente sua trajetória histórica.

A hipótese que sustenta o trabalho é que o MERGS foi pioneiro na preservação de vestígios do setor elétrico, portanto, de um segmento central da industrialização e da modernização urbana, mesmo sem operar, em sua origem, com um enquadramento conceitual explícito de patrimônio industrial. Em outras palavras: o museu preservou patrimônio industrial antes de nomeá-lo como tal. Essa condição não é tratada aqui como falha moral ou “atraso” institucional, mas como expressão das condições históricas do campo museológico brasileiro na década de 1970, quando o debate sobre patrimônio industrial era incipiente e tinha baixa repercussão em políticas públicas e práticas museológicas. Ao mesmo tempo, essa origem implica consequências: a formação das coleções ocorreu de modo incremental e, em vários aspectos, assistemático, o que ajuda a explicar fragilidades persistentes na documentação, na contextualização de proveniência e na integração interpretativa do conjunto preservado.

Para construir esse argumento, a pesquisa parte de um pano de fundo mais amplo, a partir das transformações da Museologia e das políticas culturais no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. É considerado, de um lado, o movimento internacional de renovação museológica, com marcos como a Declaração de Santiago do Chile (1972) e a Declaração de Quebec (1984), e, de outro, seus ritmos específicos de incorporação no contexto brasileiro. Discute-se também a profissionalização do campo, incluindo a regulamentação da profissão de museólogo e a consolidação de estruturas corporativas e institucionais ligadas à área. Nesse cenário, a expansão do número de museus e o reposicionamento social dessas instituições são interpretados à luz de leituras críticas sobre a “era dos museus” e sobre os usos políticos da cultura, tanto no período autoritário quanto na redemocratização.

A dissertação analisa, ainda, a discussão sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, com especial atenção à Constituição de 1988 e ao modo como ela redefine critérios, valores e sujeitos de patrimonialização. Essa inflexão é articulada a leituras que evidenciam a valorização da diversidade cultural e a crítica ao modelo unificador de identidade nacional, bem como a mudanças institucionais no campo patrimonial e museológico no período. Essa base é importante para situar o MERGS, um museu criado ainda sob outra gramática de patrimônio, mas que atravessa, nem sempre de forma linear, o momento em que

novas agendas e novas categorias (como patrimônio industrial, patrimônio imaterial e cultura do trabalho) passam a disputar legitimidade.

No interior desse debate, o trabalho aproxima o caso do MERGS do campo da memória institucional e da memória empresarial. Essa pesquisa dialoga com o entendimento de que centros de memória e preservação no âmbito de organizações (públicas e privadas) se fortalecem no Brasil sobretudo a partir dos anos 1980, em paralelo a processos de redemocratização e reestruturações estatais, incluindo privatizações de setores estratégicos. A noção de memória empresarial, por sua vez, é mobilizada para interpretar o museu não apenas como “museu temático”, mas como arranjo híbrido, que preserva e comunica história institucional, constrói legitimidades e disputa narrativas. Também são incorporadas leituras sobre museus de empresas, suas funções, ambiguidades e relações com a cultura do trabalho e com a preservação de bens técnicos.

É nesse ponto que o debate sobre patrimônio industrial se torna estruturante para esta pesquisa. A dissertação articula referenciais que o definem e que discutem sua presença em acervos museológicos e em processos de musealização da indústria, compreendendo-o como um conjunto integrado de vestígios materiais e imateriais associados aos sistemas de produção, transmissão e uso da energia. Nessa perspectiva, incluem-se infraestruturas, maquinários, documentos técnicos, práticas e saberes do trabalho, bem como paisagens industriais, entendidos como evidências históricas e culturais da eletrificação e de seus impactos sociais e territoriais.

A escala regional é igualmente decisiva ao situar o MERGS em Porto Alegre, considerando tanto a estruturação de políticas museológicas no Rio Grande do Sul (com destaque para o Sistema Estadual de Museus e suas dinâmicas institucionais), quanto as disputas urbanas e patrimoniais do centro histórico da capital, envolvendo criação de órgãos técnicos municipais, pressões imobiliárias e contradições das políticas de preservação. Esse contexto ajuda a compreender o significado simbólico e estratégico do Edifício Força e Luz como sede, bem como os impactos que mudanças de endereço, reformas e reorganizações internas produziram sobre o acervo, sua conservação e sua comunicação pública.

No plano empírico, a trajetória do MERGS é analisada a partir de sua vinculação direta à CEEE e ao setor de Relações Públicas, responsável por sua

implementação formal em 1977. O museu nasce como iniciativa interna, impulsionada por agentes específicos da companhia e por uma mobilização de funcionários, e se formaliza por meio de documentos institucionais (resoluções, circulares, projeto de estruturação, informativos). A pesquisa estuda essas mudanças de sede e suas consequências, como o início em espaços provisórios (no centro da cidade, em 1977); a expansão com a abertura à visita externa; a ida ao Edifício Força e Luz (1990); a realocação durante a re-arquitetura (1998); e o retorno ao prédio Força e Luz em 2002. Esse percurso é colocado em diálogo com transformações recentes da própria CEEE e com o contexto de reconfiguração institucional do setor elétrico gaúcho, que reatualiza o debate sobre memória, legado e preservação de acervos técnicos.

Em relação ao acervo e o processo de documentação museológica, são examinados a constituição das coleções e os instrumentos de registro que sustentaram a organização interna do museu, entendendo que esse acervo não é apenas um conjunto de “peças”, mas um produto histórico de práticas institucionais, marcado por seleções, urgências e limites técnicos. Discute-se, por exemplo, como a centralização de objetos e documentos retirados de usinas, subestações e instalações em desativação funcionou, muitas vezes, como salvaguarda reativa diante do risco de descarte, mas também como processo que pode romper vínculos contextuais fundamentais para a leitura do patrimônio industrial no território, especialmente quando se considera recomendações internacionais que valorizam a preservação em seu local de origem. Nesse âmbito, emergem as fragilidades do período inicial, como a ausência de equipe especializada (em espaços culturais), documentação desigual, falta de políticas formais de aquisição e descarte, limitações de conservação preventiva e impactos das sucessivas mudanças de sede. Ao mesmo tempo, é nesse cenário que se evidencia o caráter pioneiro do MERGS, bem como o protagonismo feminino na construção institucional do museu e na gestão cotidiana do acervo, tema que atravessa a leitura das fontes orais e documentais.

A partir da articulação entre pesquisa documental, análise teórica e entrevistas qualitativas realizadas com ex-funcionárias e profissionais vinculadas ao MERGS, estes próximos capítulos analisarão o percurso da implementação, criação, bem como o desenvolvimento das coleções e musealização dos acervos. Para a contextualização do campo museológico, das políticas culturais e das

transformações institucionais no Brasil, dialoga-se com Santos (2004; 2019), Valente (2008), Biserra (2017) e Motta (2023), incorporando também discussões sobre ampliação do conceito de patrimônio cultural e disputas de legitimidade a partir de Chuva (2011), além de Gouveia (2020) e Magalhães (1997). No debate sobre memória institucional, centros de memória e memória empresarial, são acionados Camargo e Goulart (2015), Totini e Gagete (2004) e Almeida (2009), em diálogo com reflexões sobre museus de empresas e cultura do trabalho (Graça, 2018; Bruno, 1997). Para fundamentar a abordagem do patrimônio industrial e sua musealização, utilizam-se Dezen-Kempter (2011), os marcos do TICCIH (2003; 2011) e a contribuição de Guarnieri (1980), bem como estudos que discutem patrimônio industrial em museus e processos de musealização da indústria (Mendes, 2022; Nery, 2020; Oliveira, 2009; Oliveira, 2015). A dimensão regional e urbana é apoiada em Bertotto (2007) e Giovanaz (1999).

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado, o que permitiu articular uma condução temática previamente definida com a liberdade narrativa das entrevistadas, favorecendo que, além das questões previstas, emergissem relatos, interpretações e informações não antecipadas, mas fundamentais para a análise. Nesse contexto, a pesquisa contemplou três profissionais diretamente vinculadas à trajetória do MERGS, selecionadas por terem atuado em diferentes momentos institucionais do museu, o que possibilitou uma leitura comparativa entre o período de fundação, as fases de consolidação institucional e os desafios da gestão do acervo, sendo elas:

Suelena Maria Garske Josino, que atuou na CEEE na área de Relações Públicas, iniciando como auxiliar administrativa e evoluindo até a função de jornalista, mantendo vínculo com a comunicação institucional e atuando no MERGS entre 1975 e 1985 em atividades de divulgação e mobilização de acervos, permanecendo na empresa até sua aposentadoria em 1998. **Mariana Froner Bicca**, por sua vez, iniciou sua trajetória em outros setores da CEEE e migrou para o MERGS a partir de uma movimentação interna, passando a atuar na documentação dos acervos, área na qual permaneceu de 1990 até 2017, quando se aposentou, consolidando sua atuação com formação posterior em História. Já **Patrícia Gabriela Machado Barbosa**, museóloga responsável pelo acervo desde 2025, atua na continuidade técnica do MERGS, desenvolvendo atividades voltadas à

documentação, tombamento e organização das coleções, além de oferecer uma leitura crítica sobre os acervos e seus desafios atuais

Os depoimentos, gravados e transcritos integralmente, mediante consentimento das participantes, são tratados como fontes históricas e analíticas e articulados à documentação e à bibliografia, para a compreensão do MERGS como um caso de musealização do patrimônio industrial no contexto do Rio Grande do Sul.

Além das metodologias citadas anteriormente, esta investigação também utiliza o estudo de caso sobre o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS), que decorre da especificidade da trajetória institucional do museu, de sua vinculação à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e das particularidades de constituição de seus acervos e processos de musealização. O estudo de caso permitiu analisar o MERGS com maior profundidade.

A dissertação organiza-se em três capítulos principais. No Capítulo 2, são apresentados os referenciais e contextos: transformações museológicas no Brasil, ampliação do conceito de patrimônio cultural, centros de memória e memória empresarial, e a consolidação do patrimônio industrial como campo. No Capítulo 3, discute-se a institucionalização da memória da eletricidade a partir da CEEE e a criação do MERGS, incluindo mudanças de sede e a inscrição do museu em estratégias de comunicação e memória institucional. No Capítulo 4, aprofunda-se a análise da composição dos acervos, das coleções e das práticas de musealização, apontando fragilidades, potencialidades e o argumento de pioneirismo do museu na preservação do patrimônio industrial ligado ao setor elétrico. E, por fim, as considerações finais, que retomam o percurso analítico e apontam como o reconhecimento explícito do acervo do MERGS como patrimônio industrial pode ampliar seu papel de preservação e comunicação, além de auxiliar na qualificação de políticas de salvaguarda, reposicionando o museu no campo museológico contemporâneo.

2 MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: contextos de transformação no Brasil e no Rio Grande do Sul

A criação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) foi resultado do desenvolvimento das iniciativas culturais da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), responsável pela geração, transmissão e distribuição de eletricidade no estado. Fundado em 1977, o MERGS consolidou-se como o primeiro museu no Brasil especializado na preservação e divulgação da história da eletricidade, com um foco inicial em comunicar os avanços do setor energético ligados à CEEE.

Para melhor compreendermos a criação do MERGS, se faz necessário entendermos o contexto em que esse processo ocorre, especialmente no campo dos museus.

2.1 Cenário museológico no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980

As últimas décadas do século XX no Brasil foram marcadas pela renovação das práticas museológicas, com um crescimento significativo no número de museus. É quando também são formuladas políticas públicas inovadoras voltadas para a preservação de bens culturais. Conforme aponta Gouveia (2020), nos anos de 1980, os critérios para a preservação do patrimônio foram reavaliados, influenciados pela luta para ampliação dos direitos civis que emergiu com a redemocratização do Brasil. Esse movimento levou a uma redefinição do papel do Estado em relação aos direitos culturais e patrimoniais, conforme estabelecido nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, promulgada em 1988. Antes dessa transformação, a preservação era orientada principalmente pelas dimensões histórica e artística dos bens culturais. A nova abordagem reconheceu a importância das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos no processo civilizatório nacional, tornando o Estado responsável pela proteção dessas manifestações. Essa mudança foi fundamental para ampliar a representação social na preservação do patrimônio, permitindo que, mais tarde, nos anos 2000, as ações voltadas para o patrimônio imaterial se desenvolvessem de forma mais robusta (Gouveia, 2020, p. 3).

Do ponto de vista da Museologia, essas mudanças foram influenciadas a partir dos anos de 1980 com a Declaração de Santiago do Chile, resultante de uma Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina, realizada em maio de 1972. O documento enfatiza a importância dos museus como instituições integradas à sociedade. Os membros da mesa redonda reconheceram que os desafios contemporâneos na América Latina exigiam dos museus uma abordagem comprometida com as questões sociais, econômicas, técnicas e educacionais. Dessa forma, propuseram que as instituições reforçassem as atividades de educação nas comunidades.

As resoluções adotadas na Mesa Redonda destacaram a necessidade de mudança nos museus latino-americanos, ainda que, conforme Valente, “[...] o evento, tido de modo geral como marco de mudanças na Museologia, não repercutiu no Brasil de forma imediata” (Valente, 2008, p. 184). Para que os museus pudessem se adaptar às mudanças sociais, econômicas e culturais era preciso intensificar esforços na recuperação do patrimônio cultural, e na modernização de técnicas museográficas, tornando suas coleções acessíveis ao público.

Na década seguinte, em 1984, a Declaração de Québec, reitera o movimento de renovação da Museologia, o qual passaria a ser identificado como Nova Museologia. Este movimento enfatiza a função social dos museus, princípio que havia sido destacado na Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizado pelo ICOM.

A Declaração de Quebec propõe que a Museologia amplie suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação para incluir práticas mais amplas que se conectem ao meio humano e físico. Para isso, sugere a importância da interdisciplinaridade, dos métodos contemporâneos de comunicação e das modernas práticas de gestão que envolvam todos os públicos de museus. A nova Museologia, que inclui novas tipologias e conceitos como ecoMuseologia e Museologia comunitária, naquele contexto, buscava não apenas preservar o patrimônio cultural, mas também desenvolver as comunidades, associando-as a projetos futuros.

Para formalizar essa nova perspectiva, a Declaração convoca a comunidade museal internacional a reconhecer e apoiar todas as formas de Museologia ativa, incentivando os poderes públicos a desenvolver iniciativas locais alinhadas com

esses princípios. Propõe ainda a criação de estruturas permanentes, como um comitê internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários dentro do ICOM, e uma federação internacional da nova Museologia (Declaração de Quebec, 1984, n.p.).

Do ponto de vista do Brasil, algumas mudanças no campo já vinham ocorrendo desde os anos de 1960. Nessa década foi criada a Associação Brasileira de Museologia (ABM), que esteve à frente das primeiras tratativas para regulamentação da profissão do Museólogo:

Na esteira da busca por reconhecimento e legitimação profissional, por meio do credenciamento legal da atividade profissional e do estabelecimento de direitos e deveres trabalhistas equiparados às funções liberais, juntamente com a insatisfação com o enquadramento funcional previamente registrada no memorial para a carreira de conservador elaborado e encaminhado ao DASP em 1954, por Gustavo Barroso, culminou-se o projeto para regulamentar a profissão de museólogo proposto em reunião realizada em 12 de setembro de 1962, no MHN (Biserra, 2013¹ *apud* Biserra, 2017, p. 17).

Mais tarde, foi sancionada a Lei nº 7.287, em 1984, importante impulso para a regulamentação do profissional museólogo e suas atribuições, bem como a criação do Conselho Federal de Museologia (COFEM) e seus respectivos Conselhos Regionais de Museologia (COREM), estruturando a profissionalização do campo, o que mais tarde foi amplificado pela criação de novos cursos de Museologia em todo o país.

Segundo Santos (2004), durante a década de 1970 os museus foram criticados por representarem “os lugares das histórias oficiais, do autoritarismo das elites ou ainda das sociedades sem história” (p. 53). A crítica se ampliava diante do avanço dos meios de comunicação de massa, sugerindo até o desaparecimento dessas instituições. Contudo, como observa a autora, esse quadro se transformou radicalmente, a ponto de muitos considerarem a atualidade como a “era dos museus” (Santos, 2004, p.53).

Outro ponto importante é o crescimento acentuado do número de museus a partir dos anos 1980, um fenômeno que acompanha tendências internacionais e se relaciona com a nova Museologia.

¹ BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil.** 2013. Monografia (Escola de Museologia) - Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

Poderíamos compreender o boom dos museus na década de 1980 tanto a partir de um processo de comercialização das narrativas e dos elementos simbólicos preservados pelos museus, que passaram a captar grandes investimentos e atrair um número considerável de visitantes, como a partir do fortalecimento de demandas específicas e locais, que diversificaram uma memória anteriormente calcada em narrativas nacionalistas autoritárias (Santos, 2004, p.59).

A respeito do crescimento dos museus no Brasil, cerca de 81% das instituições foram fundadas nas últimas quatro décadas do século XX, sobretudo nos anos 1980. Esse aumento reflete tanto demandas locais por memória quanto a influência de políticas públicas descentralizadas, como estabelecido pela Constituição de 1988 (Santos, 2004, p. 59).

As transformações ocorridas no cenário museológico brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, marcadas pelo crescimento do número de museus e pela ampliação do conceito de patrimônio cultural, devem ser compreendidas tanto à luz do uso estratégico da cultura pelo regime militar, quanto sob o prisma do processo de redemocratização do país. Como aponta Jeaniny Silva dos Santos (2019), “A política cultural da ditadura foi marcada pela ideia de desenvolvimento e segurança nacional, segundo a qual a identidade nacional e os valores tradicionais seriam direcionadores das instituições culturais” (Santos, 2019, p. 68).

Nesse contexto, o próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passou por um processo de reformulação, deixando de ser apenas um órgão técnico de preservação para se tornar um instrumento do governo na consolidação de símbolos e memórias “desejáveis” para o regime (Santos, 2019, p. 65). A criação da Política Nacional de Cultura, em 1975, e de programas como o Programa de Cidades Históricas (PCH) refletiram essa apropriação institucional, articulando ações de conservação com interesses econômicos e turísticos, como forma de integrar a modernização autoritária ao discurso de desenvolvimento cultural (Santos, 2019, p. 67).

De outra parte, já no período da redemocratização, a Constituição Federal de 1988 representou um marco decisivo ao definir pela primeira vez um conceito legal de patrimônio cultural no Brasil. Segundo Motta,

[...] o aspecto mais importante a ser destacado na Constituição de 1988 é ter sido a primeira a definir um conceito de patrimônio cultural, a partir do qual os grupos sociais, organizações e instituições dedicadas à cultura podem atribuir valores aos bens (Motta, 2023, p. 6).

Esse conceito, previsto no artigo 216, rompe com os critérios anteriores baseados em valores estéticos e de monumentalidade, consagrados por elites intelectuais, e passa a reconhecer os significados atribuídos pelos grupos sociais, incluindo bens materiais e imateriais. O novo conceito amplia o entendimento de patrimônio, abarcando também “as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas”, além de sítios com valor histórico, ecológico ou científico (Motta, 2023, p. 7).

O avanço no conceito constitucional de patrimônio cultural foi influenciado pelas transformações políticas e sociais ocorridas durante a redemocratização brasileira, entre o final dos anos 1970 e a década de 1980. Esse período viu o fortalecimento das reivindicações por parte de grupos sociais marginalizados, como comunidades negras, indígenas e populares, pela valorização de suas culturas.

Como aponta Motta, “a supressão do Ato Institucional nº 5², em 1979, possibilitou a explicitação de reivindicações pela preservação das cidades e pelo reconhecimento da cultura popular e dos grupos afrodescendentes e indígenas” (2023, p. 10). Instituições como o IPHAN passaram a atuar mais afinadas com essas novas demandas, apoiando projetos como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que visava “estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estavam desaparecendo” (Magalhães, 1997³, p. 117 *apud* Motta, 2023, p. 10).

A adoção do termo “patrimônio cultural brasileiro” na Constituição de 1988 ressignifica a noção anterior de identidade nacional unificadora e excludente, já que “a nova Constituição Brasileira passou a valorizar justamente a diversidade - a diferença - como a identidade cultural brasileira” (Chuva, 2011⁴, p. 47 *apud* Motta, 2023, p. 8).

Ao conferir ao patrimônio cultural um papel essencial na promoção da diversidade e da cidadania, a Constituição promoveu o reconhecimento dos valores

² O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo Costa e Silva, ampliou os poderes do regime militar, autorizando o fechamento do Congresso, a suspensão de direitos políticos, a censura prévia e a prisão sem mandado, instaurando o período mais repressivo da ditadura no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul 25.

³ MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais do Brasil**: um desenho projetivo para a nação. Organização de João de Souza Leite. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Entre vestígios do passado e interpretações da história: introdução ao estudo sobre patrimônio cultural no Brasil. *In*: CUREAU; Sandra *et al.* (coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2011.

atribuídos pelas próprias comunidades aos seus bens. Ao ampliar os critérios de proteção e envolver a sociedade na preservação, o artigo 216 transformou o patrimônio em um instrumento dinâmico de inclusão social e valorização das múltiplas identidades que compõem o Brasil.

Nesse contexto, os museus assumem papel estratégico ao promover a inclusão de múltiplas vozes e identidades na preservação patrimonial, em sintonia com a Constituição. Motta observa que houve a criação de “inúmeras instituições de memória, como foi o caso da Fundação Nacional Pró-Memória, braço executivo do IPHAN, evocando esse conceito e institucionalizando-o” (Motta, 2023, p. 32). Dentre essas instituições emergentes estavam os centros de memória, muitos dos quais associados à empresas.

Antes de discutir memória empresarial ou museus empresariais, é necessário compreender o papel dos centros de memória no contexto museológico. Esses espaços preservam informações, documentos e objetos que registram a trajetória, as práticas e a identidade das organizações.

No Brasil, a partir dos anos 1980, surgem centros de memória vinculados a organizações públicas, privadas e entidades do terceiro setor. Esse movimento acompanha o processo de redemocratização e a privatização de setores estratégicos, como energia, telecomunicações e mineração (Camargo; Goulart, 2015, p. 63). Para Camargo e Goulart (2015), tais centros têm sido cada vez mais valorizados como instrumentos para legitimar trajetórias e transmitir valores, oferecendo “soluções híbridas” que respondem à complexidade contemporânea e comunicam a memória institucional de forma estratégica (Camargo; Goulart, 2015, p. 15).

A preservação nesses espaços não é neutra: implica escolhas, atribuições de valores e exclusões. Guardar e descartar são faces do mesmo processo, que desloca a memória de um registro passivo para uma produção ativa de sentidos. Como observam Camargo e Goulart (2015), “o mundo mudou” e exige lógicas mais fluidas e flexíveis, nas quais os centros de memória mediam história institucional e demandas de inovação e competitividade.

Essa dimensão estratégica converge com a ideia de que “alguns centros de memória têm a pretensão de exercer funções estratégicas diferenciadas e contínuas no ambiente corporativo, suprimindo com vantagem a contratação de consultorias

especializadas” (Camargo; Goulart, 2015, p. 14). Longe de serem meros complementos, poderiam funcionar como laboratórios de reflexão e inovação. No entanto, tal potencial é limitado por interesses seletivos e narrativas controladas. O alinhamento com objetivos institucionais não deve significar subordinação acrítica ao discurso empresarial, mas sim a construção de um espaço capaz de fortalecer a cultura organizacional sem suprimir perspectivas divergentes. Caso contrário, tornam-se depósitos de arquivos ou setores decorativos, esvaziando sua função social e o diálogo com a sociedade.

Assim, os centros de memória não apenas divulgam a história, mas a transformam em ativo estratégico. A memória, entendida como processo de seleção, interpretação e comunicação, consolida-se como valor essencial na história institucional, embora também se sujeite a disputas narrativas.

A partir dessa noção, chega-se ao conceito de memória empresarial, que no Brasil consolidou-se nas últimas décadas do século XX como ferramenta de gestão e elemento de identidade corporativa. Para Totini e Gagete (2004), ela vai além da “mera celebração do passado” e assume “importância efetiva nas práticas administrativas” (Totini; Gagete, p. 119), reposicionando a história das empresas como fator determinante na construção de confiança e legitimidade junto aos públicos.

Essa valorização se materializa na criação de museus empresariais e centros de memória, que representam uma inflexão na relação entre mercado e cultura. Segundo Totini e Gagete (2004), eles não são apenas instrumentos de marketing, mas “formas de expressão da cultura corporativa” e de diálogo com a comunidade (Totini; Gagete, p. 118). O desafio é que sejam “espaços abertos à sociedade, capazes de superar o discurso institucional restrito” (Totini; Gagete, p. 120).

A memória empresarial cumpre um duplo papel: transmite saberes e valores e atua como ferramenta de diferenciação competitiva, especialmente em mercados globalizados, nos quais credibilidade e história são tão relevantes quanto a qualidade do produto. Quando estruturada, deveriam reforçar “[...] a imagem institucional, ampliando o potencial de relacionamento com a comunidade” (Totini; Gagete, 2004, p. 121).

Esse cenário evidencia um paradoxo: ao mesmo tempo em que os centros de memória podem funcionar como locais de reflexão e inovação, o risco de se

tornarem meros aparatos de propaganda restringe sua função social e crítica, comprometendo a pluralidade e a complexidade histórica que deveriam representar.

2.2 Patrimônio industrial no Brasil

Com o desenvolvimento das discussões sobre patrimônio cultural no Brasil, novas categorias passaram a ser estudadas no campo da preservação, entre elas o patrimônio industrial. Os bens industriais, como fábricas, oficinas, equipamentos, documentos técnicos, entre outros, passaram a ser reconhecidos por seu valor histórico, social e simbólico, não se limitando em representar apenas a memória do desenvolvimento técnico e econômico, mas também das relações sociais, dos saberes operários e das culturas do trabalho.

Ao tratar do patrimônio industrial no contexto contemporâneo, é fundamental compreender os caminhos que levaram ao seu reconhecimento como parte integrante do patrimônio cultural. De acordo com a autora Eloisa Dezen-Kempter (2011), o processo de valorização dos bens industriais ganhou força nas últimas décadas, sobretudo a partir da mobilização de instituições, pesquisadores e organismos internacionais voltados à preservação desse legado, que, segundo a pesquisadora, antes era frequentemente negligenciado.

O avanço das reflexões no campo patrimonial e a pressão social de grupos diversos possibilitaram o surgimento de um olhar mais abrangente, capaz de incluir no patrimônio brasileiro bens vinculados à memória operária e à industrialização. Para Dezen-Kempter (2011), o reconhecimento dos espaços e objetos industriais, como fábricas, oficinas, ferrovias, armazéns e habitações operárias, surge na esteira da ampliação do conceito de patrimônio, especialmente a partir dos anos 1970, quando o IPHAN passa a ser pressionado a reconhecer práticas culturais menos convencionais.

Nesse sentido, a inclusão do patrimônio industrial no campo da preservação reflete não apenas uma mudança técnica, mas sobretudo uma transformação de ordem simbólica e política. Esses bens passam a ser compreendidos como testemunhos materiais de processos históricos de enorme relevância para a

configuração dos territórios, das cidades e das relações de trabalho, constituindo parte fundamental da memória social:

O reconhecimento de antigas estruturas relacionadas à industrialização como bens a serem protegidos e preservados - edifícios e maquinaria; oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação; entrepostos e armazéns; centros de produção, transmissão e utilização de energia; meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas; assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação - complementa a noção de patrimônio cultural. Tais bens se constituem como elementos indispensáveis para a manutenção das características do espaço e do lugar de memória na construção do tempo presente. É com base nessa visão sobre o patrimônio industrial como testemunho de atividades que tiveram e ainda têm profundas consequências históricas e das quais participaram inúmeros segmentos sociais que se justificam as iniciativas de sua proteção (Dezen-Kempton, 2011, p. 124).

É importante destacar que o patrimônio industrial não se limita às edificações ou maquinários, mas inclui também os contextos urbanos e sociais que lhes deram origem. Nesse sentido, fábricas, galpões, ferrovias, bairros operários e espaços de sociabilidade ligados à industrialização são entendidos como elementos essenciais na construção das paisagens urbanas e da memória coletiva. Além disso, a percepção da importância dos vestígios industriais está diretamente relacionada às mudanças culturais que ocorreram nas últimas décadas, já que ao reconhecer o valor desses bens, a sociedade contemporânea busca reencontrar a memória de segmentos antes invisibilizados, como trabalhadores, operários e imigrantes, que foram fundamentais na construção econômica e social do país (Dezen-Kempton, 2011, p. 124).

Para Waldisa Russio Camargo Guarnieri (1980), que em sua tese já discutia de forma crítica, na década de 80, o contexto da preservação do patrimônio industrial, alertando para o risco constante de descarte e obsolescência dos objetos e equipamentos, muitas vezes reduzidos à condição de “sucata”. Ela contesta essa visão ao lembrar que “ninguém chama de ‘sucata artística’ uma tela do século XVIII em um museu de arte” (Guarnieri, 1980, p. 113), sugerindo que o mesmo critério de valorização simbólica deve ser aplicado aos bens industriais. A preservação do patrimônio industrial é, além de uma necessidade histórica, um compromisso ético, político e social. Trata-se de garantir que os processos de trabalho, as técnicas, os saberes, as relações sociais e os sujeitos que construíram a industrialização

brasileira não sejam apagados da memória coletiva. Como Guarnieri ressalta, “a história do nosso tempo atual e do nosso passado recente se há de contar através dos artefatos, dos produtos, das técnicas de fabricação, dos sistemas de produção e das relações de trabalho” (Guarnieri, 1980, p. 108).

No que diz respeito ao campo dessa tipologia de patrimônio no plano internacional, podemos dizer que a criação, em 1978, do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), entidade responsável pela elaboração da Carta de Nizhny Tagil, em 2003, impulsionou seu fortalecimento. Esse documento define patrimônio industrial como vestígios da cultura industrial que possuem “valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico” (Dezen-Kempter, 2011, p. 132), integrando tanto a cultura material - representada pelos edifícios, maquinários e objetos - quanto a cultura imaterial, expressa nos saberes, nas técnicas e nas relações de trabalho (Meneses, 1988, p. 68⁵ *apud* Dezen-Kempter, 2011, p. 133). Essa perspectiva integrada entre materialidade e imaterialidade também é retomada pela Carta de Sevilha (2018), discussão coordenada pelo mesmo comitê (TICCIH), que propõe metodologias transdisciplinares e participação social como elementos centrais para a preservação, reconhecendo que a memória coletiva e os saberes tradicionais são tão relevantes quanto às estruturas físicas.

A inscrição de sítios industriais na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, como o Complexo Siderúrgico de *Völklingen*, na Alemanha, e a cidade mineira de *Sewell*, no Chile, evidencia a consolidação do entendimento de que “os monumentos industriais são dotados de valor simbólico, social, técnico e arquitetônico” (Dezen-Kempter, 2011, p. 129). Entretanto, no Brasil, o reconhecimento do patrimônio industrial ocorreu de forma tardia e limitada, refletindo uma visão patrimonial tradicional, focada em bens associados às belas-artes, à arquitetura colonial e aos monumentos históricos convencionais.

Nesse ponto, vale destacar que a Carta de Nizhny Tagil (2003) e a Carta de Sevilha (2018) oferecem referenciais complementares para superar essa limitação. O documento de Nizhny Tagil estabelece a base normativa internacional, defendendo inventários sistemáticos, proteção legal e conservação *in situ* como

⁵ MENESES, U. T. B. Patrimônio Industrial e Política Cultural. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA., 2013, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Eletropaulo, 1988. v.2.

prioridades (TICCIH, 2003), com ênfase na autenticidade e na integridade física dos bens. Já a Carta de Sevilha amplia o conceito, incorporando dimensões territoriais, ambientais, sociais e de gênero, e defendendo metodologias transdisciplinares e participativas. Enquanto a primeira se apoia no valor universal dos vestígios industriais, a segunda propõe um paradigma mais inclusivo, capaz de integrar a preservação com estratégias de regeneração urbana e sustentabilidade econômica. No contexto brasileiro, onde a desindustrialização precoce, a pressão imobiliária e a invisibilização das memórias operárias são desafios constantes, a combinação desses dois referenciais poderia fortalecer políticas públicas e práticas de gestão patrimonial.

Apesar dos avanços conceituais, a realidade prática da preservação do patrimônio industrial ainda apresenta entraves. A desindustrialização de diversas regiões, a pressão do mercado imobiliário e a ausência de políticas públicas consistentes colocam esse acervo em constante risco. Logo, “a preservação desses bens não pode estar submetida apenas a critérios de reuso econômico ou urbanístico, mas deve considerar seu valor cultural, ético e científico” (Dezen-Kempter, 2011, p. 134). Essa afirmação ecoa as diretrizes da Carta de Sevilha, que alerta para o risco de subordinar o patrimônio industrial apenas à lógica econômica, defendendo que a reabilitação e reutilização devem respeitar a autenticidade e a memória do trabalho, integrando as comunidades em processos decisórios.

O número de bens industriais tombados na esfera federal ainda é pequeno, o que demonstra a fragilidade das políticas voltadas para esse tipo de patrimônio. Dezen-Kempter (2011, p. 136) cita como exemplos relevantes o tombamento da Fábrica de Ferro Patriótica, em Minas Gerais, em 1938, e da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em São Paulo, em 1964. Outro caso emblemático é o da Fábrica de Vinho Tito Silva, na Paraíba, que teve seu tombamento ampliado, incluindo não apenas a edificação, mas também a maquinaria e a técnica produtiva de fabricação de vinho de caju.

Além das ações do IPHAN, movimentos da sociedade civil e de universidades contribuíram para fortalecer o debate sobre o patrimônio industrial. A Declaração de Campinas, de 1999, por exemplo, destacou a necessidade de revisão dos critérios de tombamento, denunciando que “as construções utilitárias, que aliam a

simplicidade e a funcionalidade ao despojamento decorativo, são por isso frequentemente negligenciadas” (Grupo de Estudos de História da Técnica, 1998⁶, *apud* Dezen-Kempton, 2011, p. 138). Essa crítica apoia o argumento presente, tanto em Nizhny Tagil, quanto em Sevilha, de que o valor patrimonial não pode ser medido apenas por critérios estéticos tradicionais, devendo reconhecer a relevância histórica, tecnológica e social de bens até então marginalizados nos processos de patrimonialização.

A partir dos anos 2000, encontros nacionais e internacionais, como o I e II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial, consolidaram no Brasil um campo de estudos específico, reunindo pesquisadores das áreas de história, arquitetura, arqueologia industrial e urbanismo. Contudo, Dezen-Kempton (2011) alerta que, apesar do crescimento das pesquisas, observa-se uma predominância de estudos monográficos e setorializados, com escassez de abordagens interdisciplinares que integrem análises urbanísticas, sociais, econômicas e culturais (Dezen-Kempton, 2010, p. 140). Portanto, o reconhecimento do patrimônio industrial no Brasil ainda está em construção e enfrenta desafios que envolvem tanto questões metodológicas quanto políticas. A preservação desses bens exige uma compreensão ampliada de seu valor, que ultrapassa o aspecto material e alcança dimensões sociais, culturais e simbólicas. Preservar o patrimônio industrial é uma escolha cultural e política que envolve selecionar aquilo que a sociedade considera essencial para manter viva sua memória coletiva.

2.3 A preservação do patrimônio industrial no RS e Porto Alegre

Concomitante às práticas em nível nacional, nas décadas de 1970 e 1980, as políticas públicas voltadas para museus no Rio Grande do Sul passaram por um processo de fortalecimento, com maior foco na valorização do patrimônio. Nesse período, observaram-se iniciativas direcionadas à criação de sistemas voltados para museus, além de medidas para consolidar uma aproximação com as instituições culturais do estado.

⁶ GRUPO de Estudos de História da Técnica (GETH). **Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias**. São Paulo, 29 jan. 1998.

O Rio Grande do Sul, desde os primeiros esforços para instituir um sistema de museus, segundo Bertotto (2007), tornou-se referência nacional na área museológica, principalmente por ser pioneiro na criação e manutenção contínua do Sistema Estadual de Museus (SEM/RS). Desde sua criação, segundo a autora, o SEM/RS tem promovido a integração entre museus, desenvolvendo diretrizes e políticas para a preservação e valorização do patrimônio cultural. A estruturação do SEM/RS começou com a criação da Coordenadoria Estadual de Museus (CEM/RS) em 1987, com a missão de organizar ações no setor museológico em diversos níveis, contando com recursos financeiros e humanos limitados, mas engajando museus municipais, estaduais, federais e privados em seus programas e projetos (Bertotto, 2007, p. 36).

Conforme aponta Bertotto (2007), a Coordenadoria já atuava como um sistema estadual de museus, embora o sistema formal ainda não estivesse estabelecido. Assim, ela se tornou a base para a criação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul:

A Coordenadoria propunha-se a estabelecer uma política ampla, dinâmica e participativa a respeito das linhas básicas de preservação, conservação e comunicação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Esta pré-organização é muito respeitável na medida em que foi um primeiro movimento da sociedade gaúcha em prol da área museológica (Bertotto, 2007, p.36).

A formalização do SEM/RS ocorreu em 1991 com o Decreto nº 33.791, que sistematizou as atividades museológicas no estado e consolidou uma rede colaborativa de museus públicos e privados, além de associações e conselhos profissionais. Com a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) em 2004, o SEM/RS influenciou a formulação e fortalecimento de sistemas semelhantes em outros estados, como Maranhão e em cidades como Pelotas, Salvador e Ouro Preto.

Além de seu papel de integração, o SEM/RS enfrentou desafios, como períodos de inoperância e falta de coordenação, refletindo as dificuldades políticas e de financiamento enfrentadas pelo setor cultural. A atuação de instituições como o Conselho Federal de Museologia (COFEM) e a Associação Riograndense de Museologia (ARM), criadas nos anos 1980, trouxe integração, mas também conflitos e sobreposições entre as esferas de atuação, muitas vezes devido a divergências de interesses políticos (Bertotto, 2007, p. 36-39).

A discussão sobre a preservação do patrimônio cultural em Porto Alegre envolve algumas camadas de análise, como histórica, institucional, social e ideológica. Ao investigar o percurso da cidade em relação à valorização de seus bens culturais, revela-se um panorama marcado por avanços pontuais e contradições estruturais.

Para Marlise Giovanaz (1999), a noção de patrimônio cultural esteve por muito tempo ausente das preocupações públicas no Brasil, e Porto Alegre não fugiu a essa regra. Até meados do século XX, a destruição sistemática de edificações históricas foi vista como um sinal de progresso. A cidade crescia sob a lógica da modernização, na qual “o velho precisava ser eliminado para dar lugar ao novo” (Giovanaz, 1999, p. 41). A essa ideologia modernizadora, somavam-se interesses do capital imobiliário e uma administração pública orientada por um urbanismo tecnocrático e funcionalista, com pouca sensibilidade para com a preservação da memória urbana.

A partir dos anos 1970 e, mais sistematicamente, nos anos 1980, começa a surgir um discurso em favor da preservação do patrimônio em Porto Alegre, influenciado por movimentos nacionais e internacionais que passaram a compreender o patrimônio como um bem coletivo, com valor histórico, social e simbólico. Nesse período, o patrimônio deixa de ser visto apenas como uma expressão monumental do passado e passa a ser considerado em suas dimensões cotidianas, urbanas e simbólicas. Giovanaz observa que “a nova concepção de patrimônio incorporava não apenas a arquitetura erudita, mas também manifestações culturais populares, modos de vida e a própria configuração urbana” (1999, p. 79).

O marco institucional desse novo momento foi a criação da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), em 1981, vinculada à Secretaria Municipal da Cultura. A atuação da EPAHC, inicialmente formada por um pequeno grupo de técnicos, teve papel decisivo na elaboração de cadastros, inventários e processos de tombamento. A criação desse órgão representava uma ruptura simbólica com a tradição de negligência estatal, uma vez que “a institucionalização da preservação na esfera municipal significou o reconhecimento oficial da importância da memória histórica da cidade” (Giovanaz, 1999, p. 94).

Entretanto, apesar da criação de um órgão específico e de algumas políticas públicas, o contexto urbano de Porto Alegre continuava hostil à preservação. A especulação imobiliária, especialmente nas áreas centrais, impunha forte pressão para a demolição de imóveis antigos, cuja manutenção era considerada economicamente inviável. As políticas de preservação frequentemente entravam em conflito com os interesses do mercado, sendo vistas como obstáculos ao progresso econômico (Giovanaz, 1999, p. 103).

Dessa forma, existem críticas à fragmentação legislativa e a falta de articulação entre os diferentes entes do poder público (municipal, estadual e federal). Muitas vezes, as ações de um órgão eram neutralizadas por omissões ou contradições de outros, já que “a ausência de políticas integradas comprometia os resultados da preservação e contribuía para o esvaziamento dos centros históricos” (Giovanaz, 1999, p. 115). Isso se torna ainda mais problemático diante da carência de incentivos fiscais e apoio técnico aos proprietários de imóveis tombados, que acabavam enfrentando os altos custos de restauração e manutenção.

Em relação aos usos simbólicos do patrimônio para a preservação, ao selecionar o que deve ou não ser conservado, são reveladas disputas de poder em torno da memória e da identidade. O patrimônio, portanto, está longe de ser neutro: ele manifesta valores hegemônicos e, com frequência, exclui narrativas dissidentes ou populares. Isso ocorre porque a definição do que deve ser preservado reflete visões de mundo, escolhas políticas e disputas ideológicas. Diante disso, uma política patrimonial mais democrática é aquela que valoriza a participação das comunidades locais e reconhece a diversidade de memórias que constituem a cidade.

Nesse sentido, a própria concepção do patrimônio é ampliada para além da conservação física dos bens materiais, em favor da compreensão do patrimônio como “um processo dinâmico, que envolve relações sociais, sentidos simbólicos e o exercício da cidadania” (Giovanaz, 1999, p. 128). Essa abordagem implica investir em educação patrimonial, fomentar a apropriação social dos espaços preservados e incentivar o uso sustentável e inclusivo dos bens tombados.

Na década de 1990, o processo de preservação em Porto Alegre ainda era frágil, marcado por avanços pontuais e retrocessos estruturais. Embora houvesse um acervo significativo de bens inventariados e tombados (incluindo exemplares

relevantes do patrimônio industrial), a eficácia das políticas dependia de fatores como vontade política, engajamento social, recursos financeiros e articulação institucional. A cidade, à época, precisava construir uma nova cultura urbanística, na qual o patrimônio, inclusive o de caráter industrial, fosse integrado ao planejamento urbano, não como obstáculo, mas como ativo estratégico para a qualidade de vida, a memória e a identidade coletiva.

Com essa ideia mais ampla sobre o papel do patrimônio, especialmente no que se refere ao patrimônio industrial, é possível avançar para uma análise concreta daquilo que já se encontra protegido. Assim, a seguir, será apresentado um levantamento dos bens de caráter industrial oficialmente reconhecidos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

O documento intitulado “Anexo: Bens Tombados pelo Estado do RS”, atualizado em 12 de maio de 2023, é uma listagem oficial do IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) que relaciona todos os bens culturais tombados pelo Estado do Rio Grande do Sul até a data da sua publicação. No total, são 159 tombamentos distribuídos em 61 municípios, contemplando edificações civis, religiosas, militares, ferroviárias, espaços naturais e conjuntos urbanos.

O patrimônio industrial tombado em nível estadual abrange um conjunto diversificado de bens relacionados à produção de energia, infraestrutura ferroviária, manufatura e serviços técnicos, totalizando 18 registros. No setor de energia e saneamento, destacam-se usinas emblemáticas como a Antiga Usina Termoelétrica e o Poço 01, ambos em Arroio dos Ratos, vinculados ao atual Museu do Carvão, além da Usina de Candiota I e da Usina do Gasômetro, cartão postal da cidade de Porto Alegre. Também figuram entre os bens tombados o Prédio da Força e Luz, onde hoje encontra-se o Museu da Eletricidade (objeto deste estudo), além do antigo Reservatório Metálico de Rio Grande.

A malha ferroviária é representada por estações e sítios históricos em cidades como Bagé, Santa Maria, Caxias do Sul, São Leopoldo e Santo Ângelo. No setor fabril, foram tombados antigos estabelecimentos ligados às indústrias têxtil, alimentícia e de abastecimento, como o Complexo Rheingantz, o Matadouro São Geraldo e a Cantina do Vinho. Esse conjunto revela uma preocupação do Estado em reconhecer a importância histórica e simbólica da infraestrutura produtiva, embora

ainda haja lacunas em sua valorização e integração a políticas de preservação mais amplas.

Quadro 1 - Bens tombados como patrimônio industrial no Estado do Rio Grande do Sul⁷

Local	Bem tombado - Município	Bem tombado - Estado	Bem tombado - Federação
<u>Arroio dos Ratos</u>	<u>Antiga Usina Termoelétrica (Museu do Carvão 01)</u>	<u>Usina Termoelétrica (Museu do Carvão 01)</u>	
	<u>Área restante da Usina (Poço 01 – Museu do Carvão 02)</u>	<u>Restante da Área que Pertenceu à Antiga Usina</u>	
Bagé	Antiga Estação Ferroviária	Antiga Estação Férrea de Bagé	
		Hidráulica de Bagé	
<u>Candiota</u>	<u>Usina de Candiota I</u>	<u>Usina de Candiota I</u>	
Caxias do Sul	Sítio Ferroviário de Caxias do Sul	Sítio Ferroviário de Caxias do Sul	
Dom Pedrito		Caixa d'Água	
Guaíba	Matadouro São Geraldo	Matadouro São Geraldo	
Montenegro	Prédio da Antiga Viação Férrea	Conjunto da Antiga Estação Ferroviária	
Novo Hamburgo	Alfaiataria, açougue e bancas históricas		
Porto Alegre	Fábrica de Discos A Elétrica	<u>Antiga Usina de Gás</u>	<u>Pórtico Central e armazéns do cais do porto</u>

⁷ Bens tombados pelo IPHAE (RS). Disponível em:

<<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Dir=A>>. Acesso em 09 ago 25.

Porto Alegre, RS. Disponível em:

<https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/EPAHC/Lista%20de%20Bens%20Tombados/Lista%20Tombados%20EPAHC%20atualizada%20maio%202024.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2025_06_SITE_T.xlsx>. Acesso em: 12 jul 25.

	<u>Usina do Gasômetro</u>	<u>Usina do Gasômetro</u>	
	Cervejaria Brahma	<u>Prédio Força e Luz (Museu da Eletricidade)</u>	
	Pórtico Central e armazéns do cais do porto		
Rio Grande		Complexo Rheingantz (fábrica têxtil)	
		Reservatório Metálico de Rio Grande	
Santa Cruz do Sul	Antiga Estação Férrea	Antiga Estação Férrea de Santa Cruz do Sul	
Santa Maria	Escola Industrial Hugo Taylor	Sítio Ferroviário de Santa Maria	
	Estação Ferroviária de Camobi / Santa Maria		
	Depósitos da RFFSA		
Santo Ângelo	Antiga Estação Férrea (Memorial da Coluna Prestes)	Antiga Estação Férrea de Santo Ângelo	
São Leopoldo	Sítio Histórico Museu do Trem	Sítio Histórico Museu do Trem	
Serafina Corrêa	Antiga Cantina do Vinho		
Taquara	Associação Comercial e Industrial de Taquara		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo dados disponíveis no site oficial do IPHAN⁸, o Brasil conta com um total de 1.203 bens tombados distribuídos conforme as classificações dos livros do

⁸ Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em junho/2025). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2025_06_SITE_T.xlsx>. Acesso em: 12 jul 25.

tombo. No Rio Grande do Sul, são 42 os bens protegidos pelo órgão federal. No entanto, chama atenção o fato de que, entre todos esses, apenas 1 (um) é reconhecido como patrimônio industrial, ou seja, apenas 0,083%, o que evidencia a ausência de representação deste tipo de bem no panorama regional de tombamentos federais, apesar da relevância histórica e econômica da industrialização para o desenvolvimento do Brasil.

A título de exemplo, o Edifício Força e Luz, em Porto Alegre, mapeado nesta pesquisa como bem vinculado à história da eletrificação no Estado, não apresenta, nos registros do IPHAE⁹, enquadramento explícito como patrimônio industrial. Embora não se trate de uma unidade de geração ou transmissão de energia, o edifício integra a cadeia da distribuição da indústria elétrica. O prédio funcionou, até a década de 1990, como um dos principais postos de atendimento ao cliente. Como aponta Mendes (2022), a compreensão do patrimônio industrial restrita apenas aos espaços produtivos tende a invisibilizar dimensões fundamentais da indústria moderna, sobretudo aquelas relacionadas à organização do trabalho, aos saberes técnicos e às estruturas administrativas que sustentam os sistemas industriais.

Figura 1 - Prédio Força e Luz, s.d.



Fonte: Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

⁹ Dossiê de tombamento do Prédio Força e Luz. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=16114>>. Acesso em: 23 dez 25.

As diretrizes internacionais reforçam essa compreensão ampliada. A Carta de Nizhny Tagil (2003) estabelece que o patrimônio industrial inclui não apenas fábricas, usinas e maquinários, mas também os locais associados às atividades sociais e organizacionais da indústria. Portanto, ao excluir o Edifício Força e Luz do tombamento, há claramente uma concepção restritiva do que é patrimônio industrial, corroborando como a memória do trabalho no setor elétrico, especialmente aquele desenvolvido fora do espaço fabril, permanece marginalizada nos processos de patrimonialização, e, como observado por Oliveira (2015), essa dissociação compromete a leitura sistêmica da indústria, ao separar artificialmente produção e organização do trabalho, quando ambas são partes indissociáveis do mesmo processo histórico.

Figura 2 - Prédio Força e Luz, 2022.



Fonte: Acervo Espaço Força e Luz.

É nítido como a seleção do que é reconhecido como patrimônio expressa escolhas políticas e conceituais que tendem a valorizar determinados bens em detrimento de outros, produzindo silenciamentos na construção das memórias. (Giovanaz, 1999, p. 87). No caso do setor elétrico, esses silenciamentos recaem frequentemente sobre os espaços onde existem outros tipos de trabalhos, administrativos e institucionais.

Diferente do Edifício Força e Luz, a Usina do Gasômetro, tombada pelo município de Porto Alegre em 1982 e, no ano seguinte, em 1983, pelo Estado¹⁰, foi reconhecida como bem de valor histórico e industrial associado à produção de energia elétrica. Já o Edifício Força e Luz teve seu tombamento efetivado pelo IPHAE apenas em 1994, mais de uma década depois, e mesmo assim sem reconhecê-lo como um bem integrado ao complexo industrial. Conforme consta no seu dossiê, o tombamento se justificou por se tratar de um exemplar expressivo da arquitetura eclética, com forte ornamentação e influência europeia do início do séc. XX, cuja preservação garante a leitura histórica da paisagem construída no Centro de Porto Alegre. Se, no início da década de 1980, a Usina do Gasômetro foi reconhecida como de valor industrial, em que pese a ênfase que a política patrimonial atribuía à preservação de monumentos e exemplares arquitetônicos singulares, seria razoável supor que, nos anos 1990, com o avanço das discussões sobre arqueologia industrial e memória do trabalho, houvesse maior sensibilidade institucional para reconhecer outras tipologias vinculadas ao sistema elétrico.

¹⁰ Dossiê de tombamento da Usina do Gasômetro. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=16118>>. Acesso em: 30 dez 25.

Figura 3 - Usina do Gasômetro pelo rio Guaíba, 2025.



Fonte: Acervo do PMPA.

Esse contraste sugere que a diferença entre os dois bens talvez não resida na ausência de conhecimento conceitual, mas na persistência de uma leitura restritiva do que é considerado “industrial”. A Usina do Gasômetro foi reconhecida por concentrar atributos tradicionalmente associados à indústria, como geração de energia, maquinário, monumentalidade e impacto visual na paisagem urbana, enquanto o Edifício Força e Luz, embora integrante do mesmo sistema técnico, materializa a dimensão administrativa, organizacional e laboral da indústria elétrica. A não incorporação dessa dimensão ao processo de tombamento de 1994 revela os limites das políticas patrimoniais em reconhecer a memória do trabalho e da gestão como partes constitutivas do patrimônio industrial.

Em relação aos bens tombados em nível federal (IPHAN, 2025), de todos os identificados, o único tombado que guarda alguma relação com o setor elétrico é o Bloco I, integrante do conjunto edificado situado na Av. Marechal Floriano nº 168 (Prédio da Light), localizado no RJ, devido ao contexto histórico do setor energético e por suas características arquitetônicas, representativas de uma tipologia construtiva específica do início do século XX.

O IPHAN mantém, além do cadastro de bens oficialmente tombados, uma listagem chamada de “Bens Valorados”¹¹, que se refere a edificações e estruturas reconhecidas como relevantes para a memória nacional, mas que não se enquadram no *status* do tombamento. Essa distinção é importante: enquanto o tombamento implica proteção jurídica formal, a valorização indica apenas reconhecimento e mapeamento para fins de preservação e gestão futura.

No caso do Patrimônio Cultural Ferroviário, a listagem atualizada em abril de 2025 apresenta 30 bens ferroviários valorizados e mapeados pelo IPHAN no Rio Grande do Sul, incluindo estações, oficinas e outras estruturas associadas ao transporte ferroviário.

O documento do IPHAE (2023)¹², que lista os bens tombados no estado do Rio Grande do Sul, revela importantes dados: apenas 18 dos 159 bens tombados foram identificados como patrimônio industrial, portanto, cerca de 11,3%. Essa constatação conduz a uma questão central: a baixa representatividade do patrimônio industrial na política de tombamento do Estado reflete a real escassez desses bens? ou trata-se de uma política ainda incipiente em relação à proteção desse tipo de bem?

A resposta parece se inclinar para a segunda hipótese. Como observa Giovanaz (1999), a seleção do que é considerado patrimônio nunca é neutra: ela envolve disputas simbólicas, interesses institucionais e construções sociais sobre o que merece ser preservado, “a seleção do que é considerado patrimônio reflete concepções de mundo, prioridades políticas e disputas ideológicas” (Giovanaz, 1999, p. 122). A baixa visibilidade do patrimônio industrial pode ser entendida como reflexo de uma hierarquização cultural que favorece monumentos associados ao poder político, à arte ou à religiosidade, em detrimento de bens associados ao trabalho, à técnica, à indústria e à modernização material da sociedade.

A invisibilidade desses bens pode ser resultado tanto da ausência de políticas específicas quanto da carência de pesquisas acadêmicas e diagnósticos patrimoniais voltados para esse universo. É significativo notar que existem poucos

¹¹ Na lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (04/2025) constam 648 Bens Valorados, declarados de valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei nº 11.483/07, da Portaria IPHAN nº 407/2010 e Portaria IPHAN nº 17/2022. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2025_04_SITE_F.xlsx>. Acesso em: 12 jul 25.

¹² Site oficial do IPHAE/RS. Disponível em:

<<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=56900>>. Acesso em: 09 ago 25.

sítios industriais tombados no RS, que articulem bens técnicos, industriais e operários. Isso indica, em certo nível, ausência de uma visão integrada do patrimônio industrial, que vá além da proteção de edifícios isolados e reconheça complexos produtivos, vilas operárias, oficinas, galpões, maquinários, sistemas de transporte e infraestruturas técnicas como componentes legítimos da memória cultural.

Essa lacuna também revela o quanto a dimensão social do patrimônio industrial, suas relações com o trabalho, a classe operária e os processos produtivos, permanece à margem do debate patrimonial. A memória do trabalho e da indústria, enfrenta mais resistência para ser institucionalizada do que a memória da elite, do poder ou da fé.

Portanto, não se trata da inexistência de bens industriais no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma ausência de políticas de identificação, valorização e tombamento desses bens para sua preservação, bem como de uma lacuna nas narrativas públicas sobre o que constitui o patrimônio cultural do Estado. Essa situação necessita de ações articuladas entre pesquisadores, instituições de preservação, movimentos sociais e gestores públicos para que se possa superar a invisibilização e promover uma política patrimonial mais plural e inclusiva.

No próximo capítulo, será abordada a trajetória de criação e preservação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS), situando-o no contexto institucional de sua origem e destacando os elementos peculiares do meio empresarial que influenciaram sua proposta de implantação, e que o mantiveram até os dias de hoje, por quase 50 anos.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE: a CEEE e a criação do MERGS

Criado em um contexto de transformação do cenário cultural e museológico do Rio Grande do Sul, o MERGS dialoga com o movimento de valorização do patrimônio industrial e energético, ao mesmo tempo em que expressa a atuação das companhias de energia na construção de uma memória institucional. O estudo de sua proposta de criação e implementação tem a intenção de investigar como o museu surge, de que forma é inserido nas práticas de preservação do patrimônio e quais narrativas ele carrega, tornando objetos, documentos e equipamentos industriais em bens culturais musealizados de acesso público.

Assim, a ideia de investigação do MERGS se apoia no entendimento de um caso de musealização da história da energia, a partir de suas coleções, conectando-o com a tipologia de patrimônio industrial, nunca antes tratada pelas instituições envolvidas com a sua gestão.

Como o museu surgiu a partir de uma iniciativa empresarial, é essencial conhecer, ainda que brevemente, o histórico da Companhia de Energia Elétrica Estadual (CEEE). Esse entendimento permite compreender a própria constituição dos acervos que hoje integram as coleções do museu, já que a história da empresa e a do MERGS se conectam em diversos aspectos analisados a seguir.

3.1 A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)

Instituída como Comissão Estadual de Energia Elétrica em 1º de fevereiro de 1943, a Companhia Estadual de Energia Elétrica vinculou-se inicialmente à Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas (RS), com a missão de sistematizar o uso dos recursos hidráulicos e carboníferos do estado para geração de energia, além de promover a eletrificação municipal. As operações de geração de energia ocorreram em 1948 com a inauguração da Usina do Passo do Inferno, projeto inteiramente idealizado pela própria CEEE. Outras usinas importantes, como Forquilha, Ijuizinho, e Touros, vieram em seguida, consolidando a capacidade de

geração de energia da empresa. (Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul¹³, [s.d.], n.p.).

Figura 4 - Usina Passo do Inferno, 1948.

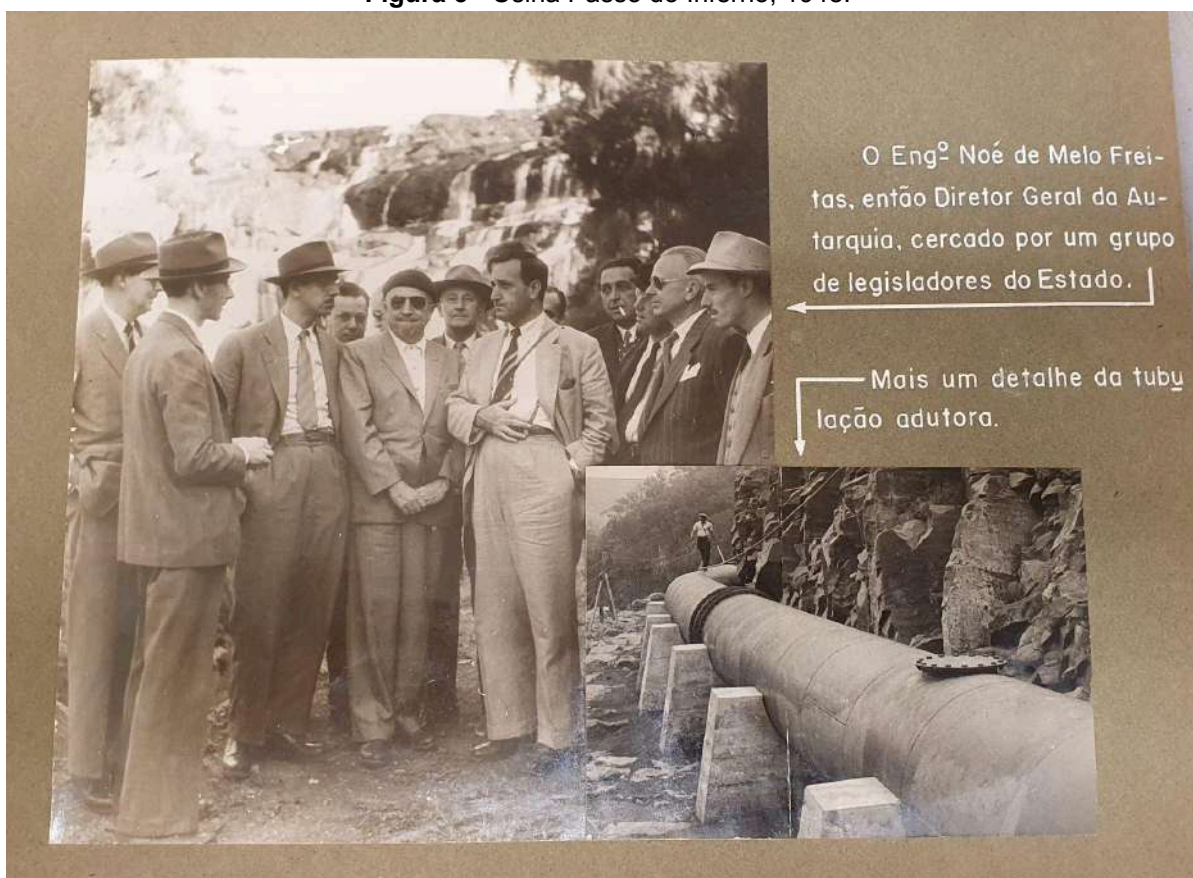


Fonte: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Em 1945, a CEEE deu início a um programa de eletrificação, que consistia na construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Esse programa foi submetido ao Conselho Nacional de Águas e Energia e à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, recebendo aprovação por meio de decretos. A partir de 1947, com o Decreto-Lei nº 1392, a CEEE passou a ser diretamente subordinada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

¹³ O arquivo documental do MERGS possui diversos documentos e pesquisas realizadas por profissionais que passaram pelo museu. Parte destes documentos não possui data ou assinatura do profissional que realizou a pesquisa. Estes documentos são assinados como Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Figura 5 - Usina Passo do Inferno, 1948.



Fonte: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

A CEEE foi transformada em uma autarquia por meio da Lei nº 1.744, de 20 de fevereiro de 1952. Este período marcou o início da estatização dos serviços de energia no estado, com a CEEE suprimindo a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), de capital americano, que atendia Porto Alegre. A insatisfação com a CEERG, que cobrava tarifas elevadas sem expandir a infraestrutura, culminou no Decreto nº 10.466, assinado pelo então governador Leonel Brizola, para encampação dos contratos de concessão, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens aplicados pela Companhia Energia Elétrica Rio-grandense (capital americano), nos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas. (Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, [s.d.], n.p.)

Figura 6 - Assinatura do Termo de encampação, 1959.



Fonte: MERGS (2023a).

Em 1961 a Companhia passou a ser denominada Comissão Estadual de Energia Elétrica, destinada à projeção, construção e exploração de sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Dois anos depois, em 1963, foi transformada em sociedade de economia mista, com a designação de Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Sob o novo status, a empresa passou a atuar em um cenário nacional onde o setor elétrico era visto como essencial para o desenvolvimento, e o governo federal intensificava a estatização das concessionárias do setor. Contudo, essa política também levou a uma descapitalização da CEEE e de outras empresas do setor, comprometendo a capacidade de novos investimentos e gerando críticas sobre sua eficiência (Axt, 1995, p. 112-143).

Durante os anos seguintes, a CEEE continuou a expandir suas operações e a modernizar sua estrutura. Na década de 1970, ficou vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações. É neste momento em que os diálogos se iniciam para a criação do Museu da Eletricidade, o que se concretiza no final da década.

Nos anos 1990, o setor elétrico sofreu uma nova reestruturação significativa com o avanço das privatizações no Brasil, incluindo a CEEE. Em 1995, o estado implementou o Programa de Reforma do Estado (PRE) e criou a Caixa de Administração da Dívida Pública (CADIP) para reestruturar a dívida pública. A Assembleia Legislativa aprovou uma lei permitindo a alienação de parte do capital da CEEE, o que levou, a partir de um leilão público realizado em outubro de 1997, à venda de duas subsidiárias de distribuição, a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (adquirida pela AES Guaíba), e a Companhia Norte-Nordeste (vendida ao consórcio VBC). Com essa transação, a CEEE deixou de atender dois terços do mercado de distribuição de energia do estado.

Em 2004, a Lei nº 10.848, proposta pelo Governo Federal, determinou que empresas de distribuição de energia não poderiam acumular atividades de geração e transmissão. Assim, a CEEE contratou consultoria para indicar opções para essa reestruturação e decidiu adotar um modelo societário que envolveu a criação de uma holding e subsidiárias específicas para geração, transmissão e distribuição de energia, atendendo às novas regulamentações e ajustando-se ao modelo nacional do setor (Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, [s.d.], n.p.).

A partir de 2019, o processo de privatização se inicia, quando o governo do RS elimina a exigência de plebiscito para a venda da companhia. Estudos e modelagens, conduzidos pelo BNDES com apoio de consultorias especializadas, destacaram a necessidade de aporte financeiro para viabilizar a operação. O Grupo Equatorial Energia foi confirmado como vencedor do leilão de privatização da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) do Rio Grande do Sul, em 31 de março, assumindo a parte da empresa responsável pela distribuição de energia. Segundo o governador Eduardo Leite¹⁴, a desestatização foi uma estratégia para atrair capital privado, resolver passivos históricos e garantir a continuidade de serviços essenciais, marcando uma nova fase para o setor energético no Estado (Scarton; Kannenberg, 2021, n.p.).

¹⁴ Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é o atual governador do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou entre 2019 e 2022, e novamente desde 2023.

Figura 7 - Ex-presidente Marco Soligo. Leilão da CEEE-D (Distribuição), 2021.



Fonte: Dalla Valle (2021).

A parte da empresa responsável pela transmissão de energia (CEEE-T), por sua vez, foi a CPFL Energia¹⁵, em leilão realizado na sede da B3, em São Paulo. A CEEE-T, responsável por 56 subestações, 6 mil quilômetros de linhas de transmissão e uma potência instalada de 10,5 mil MVA, foi o segundo braço do Grupo CEEE a ser privatizado, seguindo a CEEE-D. (Scarton, 2021, n.p.).

E, em 2022, a Companhia Florestal do Brasil, vinculada à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)¹⁶, venceu o leilão de privatização da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G). A CEEE-G, que possui usinas e centrais hidrelétricas com potência total de 920,64 MW, foi vendida em lote único de ações, concluindo o processo de privatização do Grupo CEEE. (Thamiris, 2022, n.p.)

A trajetória da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) reflete as transformações econômicas, políticas e estruturais do setor energético no Rio Grande do Sul ao longo de quase oito décadas. Criada em 1943 para sistematizar e expandir o uso dos recursos energéticos do estado, a empresa passou por diferentes fases, incluindo estatização, modernização, reestruturação e privatização. A partir de 2019, iniciou-se a venda de suas unidades operacionais: a CEEE-D

¹⁵ A CPFL Energia é um grupo brasileiro do setor energético, com sede em Campinas, São Paulo, que opera nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

¹⁶ A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) é uma das maiores indústrias siderúrgicas do Brasil, com atuação diversificada nos setores de mineração, logística, energia, cimento e produção de aço.

(distribuição), adquirida pelo Grupo Equatorial; a CEEE-T (transmissão), comprada pela CPFL Energia; e a CEEE-G (geração), arrematada pela Companhia Florestal do Brasil. Esse processo encerra a presença estatal na gestão do setor elétrico gaúcho, marcando o início de um novo ciclo sob a gestão privada.

3.2 O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

A criação do Museu da Eletricidade, iniciativa da CEEE na década de 1970, tinha o propósito de preservar a história e a cultura relacionadas à eletricidade, e também de valorizar e compartilhar o legado da companhia, bem como seu impacto no desenvolvimento do estado.

Suelena Maria Garske Josino (2025), que ingressou na antiga CEEE por processo seletivo/teste, atuando inicialmente na Superintendência de Relações Públicas, como auxiliar administrativa, pois ainda estava cursando a graduação em Comunicação com habilitação em Relações Públicas. Ao longo da trajetória, mencionou progressão funcional (de auxiliar administrativa a jornalista) e a continuidade do vínculo com a comunicação institucional, além de participação em rotinas vinculadas ao MERGS e à mobilização de ações de divulgação e coleta/registro de peças. Atuou por 10 anos no museu, entre o período de 1975 a 1985. Permaneceu na empresa até 1998, quando se aposentou. A antiga funcionária conta que, ao integrar a CEEE na década de 1970, passou a colaborar diretamente com o superintendente Salvador Luiz Abeche, segundo ela, idealizador do Museu da Eletricidade. O projeto surgiu, portanto, de uma iniciativa interna voltada à valorização da memória institucional da CEEE, em um contexto em que a empresa começava a reconhecer o valor simbólico de sua trajetória técnica. Segundo relata,

[...] ele (Salvador Luiz Abeche) já tinha a intenção, já tinha um protótipo, alguma coisa de querer criar um museu, inclusive falava muito da possibilidade de fazer o museu na usina do Gasômetro [...] começamos numa sala pequena, mas com o objetivo de reunir peças, documentos e fotografias que contassem a história da CEEE (Josino, 2025).

À medida que o acervo crescia, a equipe começou a desenvolver campanhas entre os funcionários para localizar e encaminhar materiais históricos. Conforme Suelena, “criamos uma espécie de mobilização para o pessoal, incentivando a doar

as peças... e como começou a ficar pequeno o espaço, passamos a estruturar oficialmente o museu” (Josino, 2025).

Essa mobilização interna culminou na Resolução nº 26 de 1977, emitida pela Diretoria Colegiada da CEEE, que formalizou a criação do museu. Josino explica: “Nós fizemos os setores do museu: numismática, bibliografia, indumentária, máquinas e equipamentos, lâmpadas [etc]. Criamos fichas para registrar as peças que entravam” (Josino, 2025). A partir de então, o museu foi estruturado em setores temáticos, criados empiricamente para organizar os diferentes tipos de acervos recebidos.

Figura 8 - Informativo da CEEE, 1977.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Essa prática evidencia o caráter experimental da iniciativa, conduzida por profissionais sem formação museológica, mas movidos pela consciência de que o acervo técnico da empresa representava um patrimônio histórico.

Dessa forma, o MERGS foi oficialmente estabelecido por meio da Resolução citada anteriormente, emitida pela Diretoria Colegiada da Companhia Estadual de

Energia Elétrica (CEEE) em 1º de fevereiro de 1977. A sua implementação coube à Superintendência de Relações Públicas, que, posteriormente, passou a fazer parte da Assessoria de Comunicação Social na Estrutura Organizacional da CEEE. Conforme consta em seu Projeto de Estruturação (Companhia Estadual de Energia Elétrica, 1979), seu principal objetivo é “[...] agrupar, conservar, estudar, expor para fins educativos - exame e estudo - e de lazer, e animar as coleções específicas no campo da eletricidade, retirando o máximo de valores técnico-culturais.” (Companhia Estadual de Energia Elétrica, 1979, p.12). Dessa forma, o museu atuou como parte das atividades culturais e educativas da estatal gaúcha, com foco no acervo de objetos e documentos, tombados e catalogados de diversos municípios do Estado.

Durante seus primeiros trinta (30) anos de existência, o museu ocupou cinco (5) sedes. A primeira, por poucos meses, foi na Avenida Borges de Medeiros (Figura 9), no centro da capital gaúcha, uma sala pequena, destinada à visita apenas dos funcionários da companhia (CEEE, 1977, p. 7).

Figura 9 - Inauguração MERGS, 1977.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Alguns meses depois, no mesmo ano, o museu ganha nova sede, uma casa alugada na Rua Gonçalo de Carvalho (Figura 10), no bairro Independência. Sua mudança decorria da demanda por um espaço maior, que abrigasse mais salas expositivas e visitas de escolas. Nas palavras de Suelena, a ida para a nova sede

representou também um salto qualitativo na operação cotidiana do museu, pois foi ali que começou “[...] a ter uma equipe maior e a estruturar melhor o trabalho, inclusive com ações de restauração e novas práticas de organização do acervo” (Suelena, 2025).

Figura 10 - Segunda sede do MERGS, 1977.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

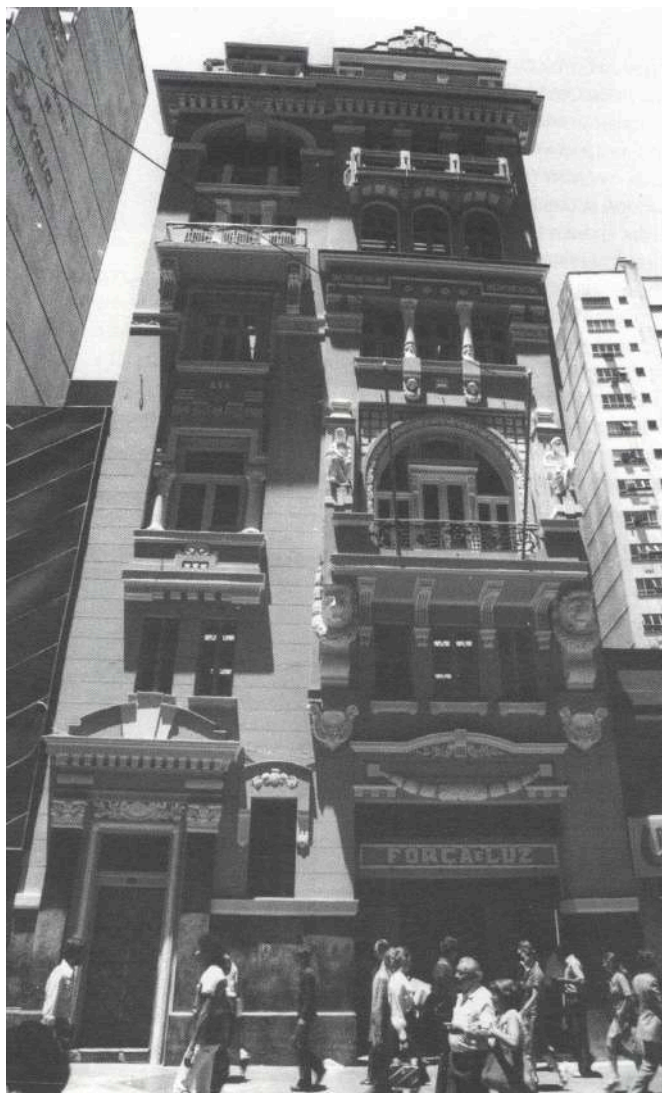
Figura 11 - Mediação no MERGS, 1977.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Em 1990 o museu passa por uma nova mudança de sede, ocupando o Edifício Força e Luz (Figura 12), na Rua dos Andradas, no centro histórico de Porto Alegre. A justificativa para essa mudança residia no fato de que a Rua Gonçalo de Carvalho era considerada uma "via secundária, pouco movimentada, cujo prédio não era notável para o público que transitava pelas ruas" (Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, [s.d.], n.p.). Além disso, foram mencionados problemas no estado de conservação do edifício da Rua Gonçalo de Carvalho, incluindo infiltrações e o fechamento em dias de chuva. (Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, [s.d.], n.p.)

Figura 12 - Terceira sede do MERGS, 1990.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Figura 13 - Sala expositiva do MERGS, 1990.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Ainda na década de 1990, aos 80 anos do Edifício Força e Luz, havia a necessidade de restauro arquitetônico, pois encontrava-se em mau estado de conservação. Dessa forma, em 1998, com o início do processo de re-arquitetura¹⁷, o MERGS é realocado para sua 4ª sede: no antigo Centro Administrativo da CEEE, na Av. Ipiranga. Segundo as entrevistadas, este foi um momento conturbado para o museu, especialmente, como relembra Mariana Froner Bicca, que integrou a equipe do MERGS por meio de uma movimentação interna e passou a atuar no setor de documentação. Ao ingressar no museu, assumiu como principal atribuição a organização dos acervos, em função de sua formação e experiência em restauração. Graduada em História em 2009, atuou no MERGS entre 1990 e 2017, quando se aposentou. Destaca-se, em seu relato, o impacto negativo do deslocamento do acervo, que comprometeu a organização e a continuidade das atividades museológicas.

¹⁷ Conceito utilizado pela área da Arquitetura e Urbanismo. O arquiteto da época escreveu um artigo sobre o processo de re-arquitetura do Edifício Força e Luz. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/76/73>>. Acesso em: 30 dez. 25.

Figura 14 - Sala expositiva do MERGS, 1998.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Em 2002, concluído o processo de re-arquitetura Edifício Força e Luz, o MERGS retornou ao prédio, onde permanece aberto ao público até os dias atuais. Na mesma ocasião, foi inaugurado no mesmo prédio o Centro Cultural CEEE Erico Verissimo (CCCEV) (2002 - 2020). Vinculado à Companhia Estadual de Energia Elétrica. O CCCEV se manteve vinculado à Companhia até o processo de privatização da empresa, quando passou a configurar-se como o atual Espaço Força e Luz, uma fundação privada sem fins lucrativos.

Figura 15 - Sala expositiva do MERGS, 2025.



Fonte: Acervo Espaço Força e Luz.

Figura 16 - Reserva técnica, 2022.



Fonte: Acervo Espaço Força e Luz.

Conforme indica a resolução nº 26 da diretoria colegiada (Anexo A), que estabelece oficialmente a criação do museu, este foi vinculado diretamente à Superintendência de Relações Públicas, posteriormente conhecida como Assessoria de Comunicação Social da CEEE. Nesse sentido, de acordo com o item 2 da mesma resolução, o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul deveria se tornar “um repositório de documentos, máquinas e equipamentos que testemunham o início e o desenvolvimento do Estado na utilização da eletricidade como fonte de energia” (Companhia Estadual de Energia Elétrica, 1977, n.p.).

Era função dos responsáveis resgatarem objetos e documentos para que compusessem as coleções do museu, incluindo “pesquisar a documentação antiga”, “cadastrar os elementos históricos”, além de indicar todos os elementos históricos cadastrados para a diretoria colegiada para, posteriormente, serem transportados ao “depósito” (Companhia Estadual de Energia Elétrica, 1977, n.p.).

A partir da Resolução, assinada pelo engenheiro André R. Fischer, que ocupava o cargo de secretário geral, é emitida uma Circular, documento que faria a comunicação interna entre os setores da companhia, para a divulgação do Museu, assinada pelo engenheiro Sylvio Freitas, presidente da CEEE/RS na década de 1970.

1. Levamos ao conhecimentos de todas as Chefias e demais empregados da Companhia, que a Diretoria Colegiada, através da Resolução nº 26, de 10.02.1977, (...) resolveu criar, a partir de 01.02.1977, data em que se comemora o “Dia do Eletricitário Gaúcho”, o MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.
Recomendamos a todas as Chefias e demais empregados que colaborem para a formação do “MUSEU”, informando à Superintendência de Relações Públicas sobre a existência e localização de elementos históricos que possam interessar a essa realização (Companhia Estadual de Energia Elétrica, 1977, n.p.).

O museu nasce como uma iniciativa interna da própria Companhia, assumindo inicialmente um caráter de memória empresarial, em atendimento à necessidade da preservação dos acervos da empresa e, principalmente, em razão do entendimento da importância da indústria da eletricidade para a sociedade, em particular para o desenvolvimento urbanístico. Essa motivação era compartilhada não apenas pela direção da empresa, mas também pelos próprios funcionários, que, conforme recorda Suelena (2025), passaram a se encarregar de transformar a salvaguarda do patrimônio da instituição em um movimento coletivo dentro da

CEEE. Essa participação ativa dos trabalhadores no processo de preservação dialoga com o que a citação de Cousserand (2009), mencionada por Graça (2018), que identifica como uma característica recorrente na constituição dos museus de empresa, uma vez que, “Neste processo de construção, o envolvimento dos funcionários é bastante comum, sendo que desse modo se procura evidenciar o seu sentimento de orgulho pela empresa e no trabalho que ali desenvolvem.” (Cousserand, 2009¹⁸ *apud* Graça, 2018, p. 15).

Ao discutir o museu de empresa como uma tipologia museológica diretamente associada às transformações no modo como as organizações passam a lidar com o seu passado, Graça (2018) indica que esses museus emergem, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, em um contexto marcado pela ampliação do conceito de patrimônio e pela influência da Nova Museologia. Conforme o autor, os museus empresariais começaram a surgir em maior número na Europa devido ao alto grau de industrialização e à relevância histórica das indústrias locais:

Estes espaços de tutela empresarial tornar-se-ão locais de exposição e conservação, ora de coleções de arte, ora de coleções relacionadas com a história da empresa.[...] No caso das coleções relacionadas com a história da empresa, estas são constituídas por objetos diretamente relacionados com as atividades de produção do respetivo setor indústria (Amari, 2001¹⁹ *apud* Graça, 2018, p. 9).

Nesse cenário, as empresas começam a reconhecer que seus objetos técnicos, documentos e espaços produtivos ultrapassam a função utilitária, adquirindo outros valores, o que impulsiona a criação de estruturas específicas voltadas à sua preservação e comunicação,

Para lá da designação que possa tomar, o Museu de Empresa quando surge traduz a adoção de uma política de lembrança e diz respeito a instalações de carácter empresarial, normalmente de tutela privada que ganham forma enquanto galerias de arte, salas históricas, jardins de esculturas, centros de informação ou halls de fama. Habitualmente, são o resultado da vontade de uma entidade empresarial que pretende constituir um espaço que se possa afirmar enquanto expressão de memória organizacional de determinada empresa (Graça, 2018, p.15).

¹⁸ Cousserand, I. *Musées d'entreprise: um genre composite*. **Communication et organisation**, n. 35, p. 191-213, 2009.

¹⁹ Amari, M. *I musei delle aziende: la cultura della tecnica tra arte e storia*. Milão: Franco Angeli, 2001.

Ao caracterizar essa fase inicial, o autor é explícito ao afirmar que a gênese dos museus de empresa está fortemente vinculada à salvaguarda do patrimônio industrial:

Numa primeira fase, a maioria dos Museus de Empresa começam por ser lugares de salvaguarda de património industrial, isto é, um espaço que protege, documenta e, em certo grau, interpreta a história e a memória de determinada empresa (Graça, 2018, p. 18).

Essa realidade sugere que o museu de empresa não nasce necessariamente com uma vocação museológica plenamente estruturada. Ele surge como uma resposta à necessidade de preservar vestígios materiais associados à atividade industrial, ao trabalho e às transformações técnicas vivenciadas pelas organizações. Como observa Negri, esse tipo de museu atua como instrumento de comunicação e legitimação, articulando memória, identidade e responsabilidade cultural das organizações (Negri, 1992²⁰ *apud* Graça, 2018, p. 18). Dessa forma, o museu de empresa configura-se como um espaço híbrido, situado entre o patrimônio industrial, a memória empresarial e o campo museológico contemporâneo.

Assim, com o passar das décadas, o patrimônio industrial passou a ser encarado como uma relíquia de um mundo em transformação, resultado direto das rápidas inovações tecnológicas e do desaparecimento de ofícios e infraestruturas tradicionais. Esse processo levou ao reconhecimento do patrimônio industrial como herança cultural, abrangendo “representações, atributos, expressões, tradições e saberes” e à consolidação dos museus e centros de memória como importantes “fatores de identidade das comunidades” (Graça, 2018, p. 7-8).

A utilização da memória empresarial emerge como uma estratégia impactante para enaltecer as contribuições da organização e de seus colaboradores. Isso se deve à sua capacidade de proporcionar uma perspectiva histórica abrangente da empresa, destacando eventos, momentos e personalidades significativas. Essa abordagem promove visibilidade, facilidade de acesso e, acima de tudo, promove uma compreensão histórica e institucional do empreendimento (Almeida, 2009, p. 20).

²⁰ Negri, M. (1992). **Os Museus na Vida da Empresa e o Papel dos Museus de Empresa na Arqueologia Industrial**. Lisboa: Colóquio da Associação Portuguesa de Museus de Empresa, 1992.

De forma geral, é avaliado que os espaços de preservação empresarial com funções museológicas tiveram um crescimento gradual ao longo do tempo. Em muitos casos, as empresas optaram por estabelecer esses espaços fora dos locais de produção, com o objetivo de conservar, estudar e exibir suas coleções. Esses espaços passaram a ser designados como Museus de Empresa, uma nova categoria que se diferencia dos núcleos iniciais de preservação empresarial. Esses museus foram projetados para estabelecer uma conexão com o público, com objetivos claros, como a difusão da história da empresa, a valorização de sua marca e a promoção da cultura industrial (Amari, 2001²¹ *apud* Graça, 2018, p. 13).

O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul é um exemplo dessa associação entre uma instituição econômica, como a Companhia Estadual de Energia Elétrica, e uma entidade voltada à preservação cultural, sem fins lucrativos, como o museu. Esta conexão entre objetivos empresariais e museológicos não apenas reflete as complexidades inerentes à criação de museus empresariais, mas também suscita questionamentos sobre a identidade institucional que emerge dessa relação. No caso do MERGS, esse diálogo permitiu a consolidação de um espaço que, ao mesmo tempo em que preserva a história do setor elétrico gaúcho, demonstra seu caráter empresarial, assumindo um papel na cultura e na educação patrimonial.

²¹ Amari, M. *I musei delle aziende: la cultura della tecnica tra arte e storia*. Milão: Franco Angeli, 2001.

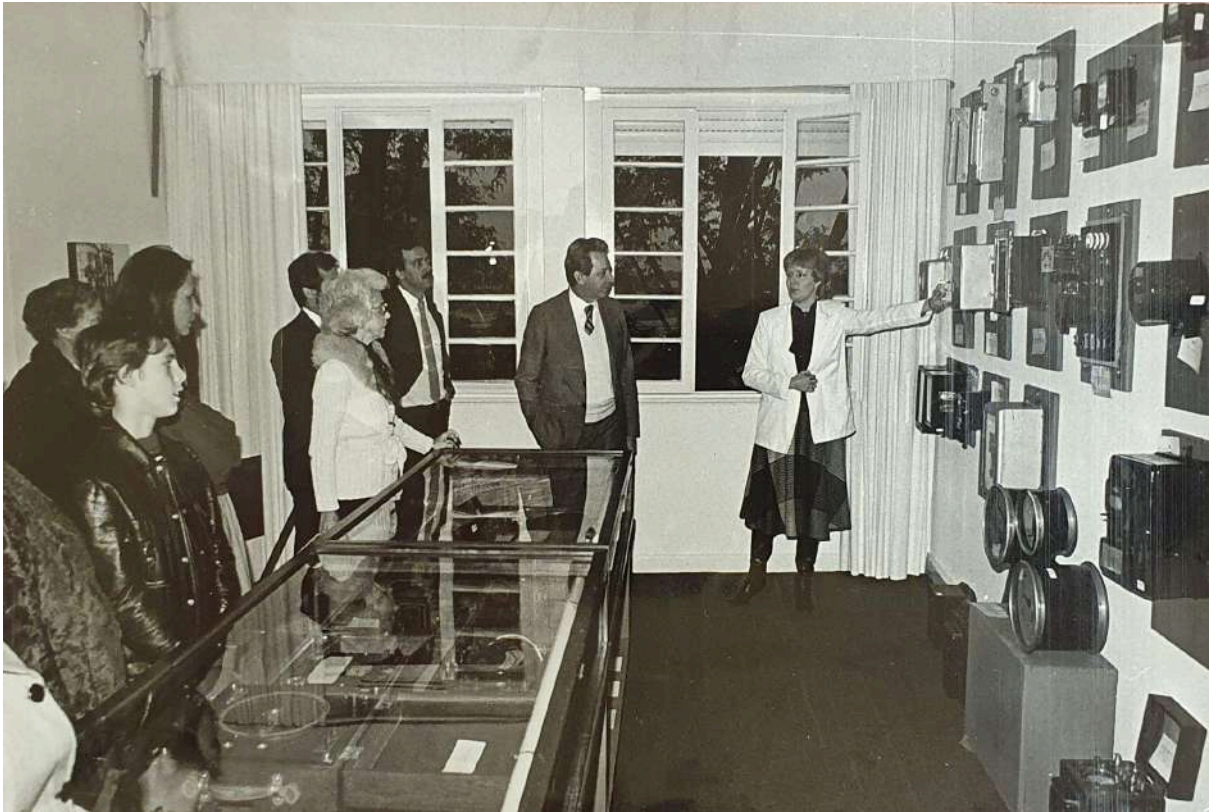
Figura 17 - Exposição do acervo, s/d.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, a criação do Museu parte da ideia da salvaguarda de uma memória empresarial, cujo principal interesse e objetivos vêm com intuito da legitimação da história da empresa, a partir da preservação de documentos, fotografias e objetos. É importante destacar que, em relação à historiografia do conceito de Memória Empresarial, Almeida (2009, p. 17) explica que essa ideia foi introduzida no contexto brasileiro na década de 1960, por meio de pesquisas acadêmicas que exploravam a trajetória das empresas e de seus fundadores. O objetivo dessas investigações era compreender a interação entre os elementos econômicos, a ideologia e a estrutura paternalista presentes nessas organizações.

Figura 18 - Visita do Presidente da CEEE ao MERGS, 1984.



Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

A criação do MERGS ocorreu em um momento que, no plano internacional, como já dito no capítulo anterior, começavam a emergir debates sobre a preservação de vestígios da industrialização, especialmente na Europa, impulsionados pelo reconhecimento do valor histórico de fábricas, usinas, maquinários e infraestruturas técnicas desativadas. Esse movimento, ainda inicial nas décadas de 1960 e 1970, contribuiu para a formulação progressiva da categoria de patrimônio industrial, que somente nas décadas seguintes viria a se consolidar como campo específico de reflexão e intervenção patrimonial. (Dezen-Kempton, 2011). Conforme os autores Santos (2004) e Motta (2023), que discutem sobre o tema, no Brasil, esse debate apresentava alcance restrito e impacto limitado nas políticas institucionais de preservação, permanecendo à margem das práticas museológicas dominantes, historicamente orientadas por critérios artísticos, arquitetônicos e monumentais

O fato do MERGS não ter adotado, em sua criação, o conceito de patrimônio industrial não deve ser interpretado como uma omissão, mas como reflexo das

condições históricas e teóricas do campo museológico brasileiro na década de 1970, uma vez que os movimentos de criação do museu antecede a consolidação dessa categoria no Brasil, em um contexto no qual o debate sobre o patrimônio industrial ainda era incipiente e pouco difundido no país, estando praticamente ausente das políticas públicas de preservação e das práticas museológicas institucionais.

A ausência de registros formais que indiquem a incorporação do conceito de patrimônio industrial nos documentos de criação, nos sistemas de classificação ou nas práticas curatoriais do MERGS deve ser compreendida também como expressão de um padrão de musealização, no qual em museus vinculados a instituições empresariais, a preservação tende a ser orientada por uma lógica memorial e institucional, voltada à legitimação da trajetória da organização, em detrimento de uma abordagem crítica sobre a indústria, o trabalho e os processos produtivos, conforme analisado pelas autoras Totini e Gagete (2004) e autor Graça (2018).

Ainda que à época da criação do MERGS não estivesse em pauta a categoria de patrimônio industrial, não impede que se possa analisá-lo sob essa ótica, considerando sua origem técnica, vinculada aos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia e de sua relação com as culturas do trabalho. De outra parte, o fato do Museu não ter utilizado essa categoria, revela menos uma fragilidade conceitual da instituição, e mais os limites históricos do campo museológico brasileiro naquele período, no qual o patrimônio industrial ainda não havia se afirmado como referência estruturante para a formulação de políticas, narrativas e práticas de preservação.

4 COMPOSIÇÃO DOS ACERVOS: uma construção da memória do trabalho no setor elétrico

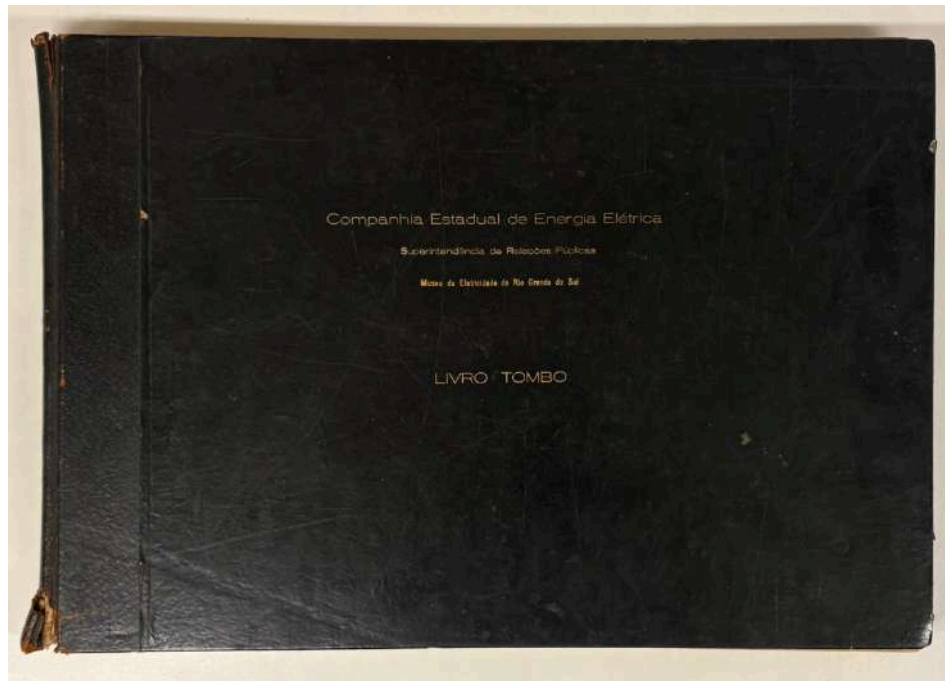
No capítulo anterior foram discutidos os referenciais conceituais que fundamentam a compreensão do patrimônio industrial, da memória empresarial e dos processos de musealização, contextualizando o MERGS no campo teórico, sobretudo nas décadas de criação e desenvolvimento inicial da instituição. Partindo desse panorama, o presente capítulo trará a discussão para a materialidade do museu, analisando a composição de seus acervos como resultado de escolhas institucionais, práticas de coleta e processos de documentação construídos ao longo do recorte proposto.

É a partir da análise das coleções, de seus critérios de organização e dos instrumentos de registro adotados desde a criação do museu que se torna possível estudar como a memória da produção de energia e do trabalho, dentro do museu, foi sendo construída, selecionada e institucionalizada.

Desde sua criação, o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul estruturou o controle e o registro de seus bens por meio de um Livro Tombo²² (Figura 19), principal documento utilizado para a identificação, organização e acompanhamento do acervo museológico. Aberto em 1977, esse registro oficializa a incorporação dos objetos e documentos ao museu. A partir desse instrumento, observa-se a formação de oito (8) coleções: Máquinas e Equipamentos (ME), Documental (Dc), Bibliográfico (Bb), Audiovisual (Au), Luminárias (Lm), Indumentárias (Id), Numismática (Nm) e Mobiliário (Mb).

²²Trata-se de um documento elaborado pelo museu para registrar os bens que integram seu acervo, permitindo o controle das entradas, saídas, perdas ou extravios. É o instrumento que legitima o objeto como documento e bem cultural da instituição. Regulamentado internamente, o Livro Tombo assegura a proteção do acervo contra destruição ou descaracterização, contribuindo para sua preservação. É recomendado que sua elaboração seja em livro próprio ou caderno de ata, de forma manuscrita e sem rasuras. O documento deve conter Termo de Abertura, Termo de Fechamento (quando aplicável) e um conjunto padronizado de informações. (Padilha, 2014, p. 39)

Figura 19 - Livro tomo do MERGS, 1977.



COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS
MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
LIVRO TOMBO

PÁGINA Nº 15

Nº DE ENTRA	DATA DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA DO FABRICANTE	TIPO DE MÁQUINA	USO
351	10/1/86	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
352	30/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
353	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
354	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
355	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
356	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
357	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
358	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
359	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
360	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
361	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
362	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
363	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
364	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
365	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
366	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
367	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
368	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
369	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
370	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
371	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
372	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
373	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
374	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação
375	10/1/84	Um	Bussco	Dispositivo	Sup. de Operação

Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

As oito coleções foram organizadas com o intuito de documentar, categorizar e preservar objetos e documentos que compõem o acervo do museu, sendo estruturadas de acordo com diferentes tipologias e funções relacionadas à história da eletrificação. A coleção de **Máquinas e Equipamentos** reúne objetos utilizados nos processos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, como

medidores, transformadores, ferramentas técnicas, peças de usinas e equipamentos operacionais, voltados, principalmente, ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

A coleção **Documental** é composta por documentos administrativos e técnicos produzidos pela companhia, como plantas de usinas hidrelétricas, relatórios institucionais, fichas de funcionários, livros de cobrança de energia e correspondências, voltados à organização do trabalho e a expansão regional da eletrificação. A coleção **Audiovisual** reúne fotografias, negativos, filmes e registros institucionais que documentam construções de usinas e barragens, reparos, equipes técnicas, instalações elétricas e atividades sociais da empresa. A coleção de **Luminárias** preserva equipamentos de iluminação pública e doméstica, como postes, refletores, lâmpadas e luminárias industriais, dando destaque à evolução da iluminação elétrica. A coleção de **Indumentárias** é composta por uniformes, capacetes, cintos, botas e equipamentos de proteção utilizados por eletricitistas e técnicos, importante testemunho histórico do cotidiano do trabalho técnico. A coleção de **Numismática** inclui medalhas comemorativas, moedas, placas e troféus institucionais relacionados aos prêmios recebidos da empresa e a eventos corporativos com os funcionários. A coleção de **Mobiliário** reúne mesas, armários, cadeiras e mobiliário técnico oriundos de escritórios, usinas e setores administrativos. E, por fim, a coleção **Bibliográfica** reúne publicações técnicas, manuais, informativos institucionais e materiais de divulgação sobre eletrificação e história da empresa.

Do ponto de vista da leitura técnica, a atual museóloga Patrícia Machado (2025), gestora responsável pelo acervo e contratada em 2025 em substituição ao antigo gestor, oferece, em sua entrevista, uma análise sobre a história e as coleções do MERGS. Sua avaliação considera os desafios contemporâneos e orienta a continuidade dos processos de documentação, tombamento e organização do acervo. Nesse sentido, destaca que a composição do acervo é heterogênea e que essa diversidade não constitui um “excesso” aleatório, mas resulta da própria forma como a memória institucional foi sendo acumulada e reinterpretada ao longo do tempo.

Além da análise documental, os depoimentos das ex-funcionárias Suelena Josino e Mariana Bicca e atual funcionária Patrícia Machado foram valiosos para se

compreender os processos internos de formação, organização e manutenção das coleções, em distintos momentos da trajetória da instituição, nos diferentes momentos em que as funcionárias atuaram na instituição.

A constituição das coleções do MERGS está vinculada à trajetória institucional da CEEE e à memória de seus trabalhadores. O acervo nasceu de um processo empírico, marcado pelo engajamento de funcionários que, como relata Suelena Josino (2025), foram mobilizados pela Superintendência de Relações Públicas ainda na década de 1970 para reunir objetos e documentos que narrassem a história da eletricidade no estado. Segundo ela, “nós começamos a fazer documentos para buscar peças no interior... atuamos muito junto aos próprios funcionários antigos, e assim foi se formando o acervo” (Josino, 2025). Essa prática evidencia uma musealização inicial pautada em redes internas de cooperação, em que o patrimônio da CEEE era percebido como testemunho histórico do trabalho e memória da empresa. Ainda que sem o respaldo teórico formalizado à época, a ex-funcionária afirma que

[...] a gente ia até as usinas e retirava as peças que iam ser jogadas fora, porque sabíamos que, se não tirássemos naquele momento, tudo seria perdido. Muitas coisas só se salvaram porque conseguimos recolher antes das reformas ou desmontes (Josino, 2025).

Em outro momento, a ex-funcionária destaca o impacto desse contato direto com os espaços produtivos: “quando eu cheguei na Usina do Gasômetro, achei livros de catálogos, manuais de motores e luminárias, relíquias que recolhemos para o museu” (Josino, 2025). Esse episódio reitera o que Graça (2018) descreve como um movimento recorrente nos museus de empresa, nos quais os objetos são preservados prioritariamente por seu valor “testemunhal da história técnica e institucional”. O relato também é sugestivo de como foi operada a musealização, ou seja, os objetos eram deslocados de seus contextos originais de produção, ainda que a preservação *in situ* mantenha a integridade do contexto do patrimônio, como mais tarde será estabelecido como princípio pelo TICCIH.

Ao longo da entrevista, a ex-funcionária fala que “à medida que as peças chegavam, elas eram registradas, com fichas, fotografias e descrição histórica” (Josino, 2025). Essa organização sistematizada, ainda que não formalizada por profissionais com formação na área, denota o esforço de construção de sentido e

autenticidade museológica, aproximando-se das diretrizes defendidas posteriormente por Camargo (2015) sobre os centros de memória corporativos como instâncias híbridas de preservação e produção de conhecimento.

Nas décadas seguintes, a constituição das coleções passou por um processo de reorganização gradual, marcado por tentativas de sistematização documental e adaptação às novas rotinas administrativas do museu. Mariana Bicca lembra que na década de 1990, “[...] já existia um processo de tombamento e fichas, mas sem muitos detalhes; era comum constar apenas ‘um livro’, sem título ou cor, por exemplo” (Bicca, 2025). Ela destaca ainda o início da informatização dos registros, quando “as informações passaram das fichas verdes para o computador, num sistema adaptado de biblioteca” (Bicca, 2025). Essa reorganização revela esforços de modernização possíveis dentro das limitações de recursos da época, reiterando a compreensão de Guarnieri (1980, p. 108; p. 113) de que a musealização de acervos industriais frequentemente se construía em meio a tensões entre improvisado, escassez de recursos e consciência patrimonial. Mesmo sem respaldo conceitual explícito, o MERGS consolidou-se como um espaço pioneiro de preservação da memória técnica e do trabalho no setor elétrico gaúcho.

Quando falamos em constituição de coleções de objetos, há uma lógica semelhante observada em outros museus de empresa, em que os acervos corporativos assumem múltiplas dimensões, sendo funcionais, estéticas e históricas, na tentativa de articular memória técnica e identidade institucional. Como observa Graça (2018),

As coleções históricas da empresa são propriedade da empresa e, segundo o seu teor, podem ser subdivididas em diferentes categorias. Elas tendem a incidir sobre a vertente funcional da empresa, contemplando produtos inovadores, ferramentas, desenhos e projetos técnicos ou maquinaria que evoluíram ao longo do tempo. Podem favorecer a vertente estética, quando a principal atenção se encontra no design ou na inovação artística dos objetos produzidos pela empresa. Podem ainda focar-se no prazer da contemplação quando são reunidos conjuntos de objetos relacionados com o produto fabricado. Porém, o mais usual é os objetos ilustrarem a vertente histórica da empresa, o que acontece quando os produtos reunidos têm como finalidade documentar o percurso histórico e a evolução técnica da empresa (Amari, 2001²³, *apud* Graça, 2018, p. 10).

²³ Amari, M. *I musei delle aziende: la cultura della tecnica tra arte e storia*. Milão: Franco Angeli, 2001

O caráter industrial do acervo aparece de forma orgânica, especialmente quando se observa a origem das peças: muitos objetos e documentos provinham de usinas desativadas, como a Usina do Gasômetro, a Usina da Toca e instalações de distribuição de energia espalhadas pelo interior do estado. Suelena recorda: “quando eu cheguei na usina (do Gasômetro), achei livros de catálogos, manuais de motores e luminárias, relíquias que recolhemos para o museu” (Josino, 2025).

O processo de documentação e conservação ganhou novos desafios nas décadas que se seguiram. Mariana (2025) descreve uma realidade em que o processo de musealização começa a ganhar fôlego, ou seja, são criados novos procedimentos, registros, normas e rotinas administrativas. Não se tratava mais da espontaneidade inicial, mas também ainda não havia uma metodologia formalizada. Dessa forma, configurava-se uma fase híbrida, na qual práticas técnicas, embora rudimentares, começavam a se sobrepôr ao improvisado dos anos anteriores, principalmente na forma de entrada dos acervos. A partir da experiência no museu, buscou implementar melhorias nos registros, propondo a inclusão de descrições físicas e contextuais.

Conforme Patrícia observa na entrevista, “mesmo elas não sendo formadas na museologia, elas tinham um grande interesse em preservar esse acervo, em manter ele de forma correta” (Barbosa, 2025), o que revela um cuidado que orientou as ações iniciais de salvaguarda. Ainda que essas práticas não correspondessem plenamente aos referenciais técnicos da museologia, era possível identificar uma lógica organizacional em curso. A museóloga comenta que esse esforço se expressa também na estruturação inicial do acervo, avaliada como positiva, apesar das limitações.

Contudo, as fragilidades desse processo tornam-se mais evidentes quando se observa a documentação museológica em perspectiva ampliada, especialmente no que diz respeito ao tombamento, apontado como um dos principais desafios da gestão do acervo. Como destaca Patrícia Machado (2025), “a gente tem uma parte que (ela) é tombada e uma outra parte que não é tombada”, o que compromete a plena identificação e o controle dos bens sob a guarda do museu. Essa situação é agravada pelo volume e diversidade dos materiais preservados, de modo que, em suas palavras, “tem coisas aqui que a gente não tem tombamento e a gente não

sabe o que que tem” (Barbosa, 2025), o que para a funcionária reforça a percepção de que o maior desafio é o processo de documentação futuro.

Figura 20 - Registro de doação no livro tomo do MERGS, 1987.




Fonte: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Essa transformação coincide com a informatização das fichas catalográficas (Figura 21), quando, segundo Mariana, “as informações passaram das fichas verdes para o computador, num sistema adaptado de biblioteca” (Mariana, 2025). A descrição aponta para um período de transição, em que o museu acompanhava uma tendência da documentação museológica²⁴, mesmo sem recursos técnicos específicos, o que, conforme Duarte (2004), caracteriza o esforço de modernização institucional típico dos museus de perfil técnico-industrial no Brasil.

²⁴Diz respeito ao registro de toda informação referente ao acervo museológico. Nesse contexto, a documentação museológica pode ser abordada por dois vieses: a documentação do objeto e a documentação das práticas administrativas do museu. O primeiro trata da compilação dos dados e do tratamento informacional extraídos de cada objeto adquirido pelo museu, enquanto que o segundo considera toda a documentação produzida pela instituição para legitimar suas práticas desenvolvidas. (Padilha, 2014, p. 35).

Figura 21 - Ficha catalográfica do MERGS, 1981.

		<p>COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA SUPERINTENDENCIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL</p>
<p>OBJETO: Medidor de energia elétrica, para uso de corrente alternada, instalado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1929</p>		
<p>MODO DE AQUISIÇÃO: Doação em 1º de abril de 1981</p>		
<p>PROCEDÊNCIA: Porto Alegre (utilização)</p>		
<p>N.º DE ORDEM: 401</p>		<p>N.º DE CATÁLOGO: 152/ME</p>
<p>CARACTERÍSTICAS: Medidor com as seguintes inscrições:</p>		
<p>Marca: General Electric</p>	<p>N.º da CEERG: 26004</p>	
<p>Cycles: 50</p>	<p>Amperes: 10</p>	
<p>Volts: 127</p>	<p>Fio: 2</p>	
<p>Fase: 1</p>	<p>N.º de fabricação: 14427765</p>	
<p>Apresenta o mostrador em vidro e está pintado em alumínio.</p>		
<p>DOADOR: Seção de Ligação e Fiscalização - Gerência Regional de Porto Alegre</p>		
<p>HISTÓRICO: Medidor de energia elétrica, adquirido em 20.02.29 pela Companhia Riograndense de Energia Elétrica e instalado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1929, sob ordem de serviço 0574, na rua 7 de setembro, 540 no escritório da Companhia Nacional. Funcionou desde o período acima até o dia 23 de março de 1981 sob O.S N.º 21199, quando foi retirado da residência do Sr. Newton B. M. Lôres, passando então para o acervo do MERGS. Acompanha uma ficha com o histórico do medidor.</p>		

Fonte: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto destacado pelas entrevistadas é o caráter plural do acervo, pois durante o processo de formação, o MERGS incorporou objetos de diversas origens: medidores, telefones industriais, equipamentos de medição, luminárias e mobiliário técnico. Suelena narra que “as pessoas começaram a doar e indicar peças, e cada uma delas trazia uma história: o telefone que resistia ao barulho das

máquinas; o relógio que controlava o tempo da usina; as luminárias tchecas” (Josino, 2025).

A atual museóloga, Patrícia Barbosa, destaca que “o acervo é bem rico principalmente em peças tridimensionais, seja que envolva a questão da eletrificação, então tem muito material utilizado por ex-trabalhadores da CEEE, também material de eletrodomésticos” (Barbosa, 2025). Para além dos objetos tridimensionais, o acervo registra dimensões simbólicas e sociais do trabalho por meio de conjuntos fotográficos e documentais, nos quais, segundo a funcionária, há grande conjunto de itens que retratam os momentos de lazer dos próprios funcionários da antiga CEEE, bem como evidências das práticas de sociabilidade promovidas no ambiente corporativo, como grande integração de esportes entre os funcionários e a presença de troféus e medalhas (Barbosa, 2025). Essa heterogeneidade redireciona a dimensão simbólica do patrimônio, em que o valor histórico se sobrepõe, em alguma medida, ao valor estético.

Entre 1990 e início dos anos 2000, com a privatização parcial da CEEE e a reconfiguração administrativa da empresa, parte significativa do acervo passou por processos de deslocamento e perda. Mariana relata que, durante a mudança para o prédio da Avenida Ipiranga, “muita coisa foi fora... o caminhão vinha e era preciso escolher o que salvar” (Mariana, 2025). O relato revela a fragilidade das políticas de preservação, mas também o protagonismo de funcionárias que, mesmo sem amparo institucional, atuaram na salvaguarda do patrimônio da energia elétrica no estado.

Figura 22 - Visita de Lina Bo Bardi ao MERGS, 1982.



Fonte: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

Figura 23 - Visita de Lina Bo Bardi ao MERGS, 1982.



Fonte: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul.

As entrevistas demonstram que a composição das coleções do MERGS não se deu apenas por acumulação material, mas por uma prática contínua de seleção, mesmo ainda que não da forma técnica ideal, compondo um acervo heterogêneo, formado por objetos, arquivos administrativos, fotografias e mobiliário, todos de caráter industrial, cuja narrativa se entrelaça à história da eletrificação do Rio

Grande do Sul e à trajetória da própria empresa. Como observa Josino, “o museu era pequeno, mas mostrava o quanto a CEEE estava preocupada em preservar sua memória e a história da energia” (Josino, 2025).

Reunidas, as entrevistas oferecem uma perspectiva evolutiva sobre a história do MERGS, já que as memórias de Suelena representam o momento fundacional e empírico, marcado pela constituição das coleções e pela caracterização da memória institucional; Mariana participa do período de consolidação e transição, em que o museu busca adequar-se às novas concepções de gestão e preservação do patrimônio; e Patrícia²⁵ amplia essa leitura ao trazer uma visão contemporânea sobre o acervo, destacando tanto a diversidade material quanto os limites herdados do processo histórico de organização, especialmente no que se refere à documentação museológica.

É importante destacar que a trajetória do museu evidencia a presença de mulheres em sua construção institucional e na gestão de seus acervos. As entrevistas realizadas demonstram que, desde o período de criação, atividades fundamentais relacionadas à coleta, organização, documentação e preservação dos bens foram conduzidas majoritariamente por mulheres, cuja atuação combinava atribuições administrativas, técnicas e culturais. Esse protagonismo feminino não se deu a partir de uma política institucional explícita de gênero, mas resultou das dinâmicas internas da antiga CEEE e das trajetórias profissionais das entrevistadas, que assumiram papéis distintos na consolidação do museu. É relevante trazer este tema, pois esse envolvimento contribuiu para a formação de uma memória institucional marcada pelo trabalho feminino, muitas vezes silenciado pelos ambientes corporativos de trabalho.

²⁵ Além da atuação da museóloga responsável no presente, atuei profissionalmente no MERGS entre 2021 e 2025, inicialmente como museólogo responsável pelos acervos e gestor do Núcleo de Patrimônio Cultural da Fundação Força e Luz. Ao ingressar na instituição, iniciei um processo de documentação, organização e atualização dos acervos museológicos, incluindo a implementação do repositório digital por meio da plataforma Tainacan. O acesso direto às coleções, às novas rotinas técnicas e aos processos institucionais criados foram essenciais para a análise crítica e reflexiva ao longo desta pesquisa.

4.1 Constituição das coleções

O acervo analisado, até outubro de 2025, corresponde ao total de 2.312 itens²⁶. Para efeitos de catalogação digital, as oito (8) coleções citadas anteriormente compõem, atualmente, três grandes tipologias²⁷, sendo: 1379 itens documentais; 628 objetos tridimensionais; e 305 itens audiovisuais. O processo de arrolamento e catalogação está em andamento, não sendo ainda possível estimar o total do acervo, conforme relatado na entrevista pela atual museóloga do museu.

No acervo documental, predominam os registros administrativos e técnicos da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e de instituições precessoras, como a Comissão Estadual de Energia Elétrica. Entre os conjuntos mais volumosos estão 172 documentos da CEEE, sendo: 55 itens da Assessoria de Comunicação Social; 27 da CEEE; 18 da Comissão Estadual de Energia Elétrica, e 15 da Seção de Artes Gráficas, todos estes tendo como local de produção Porto Alegre/RS. Há ainda registros de empresas, editoras e órgãos nacionais e internacionais relacionados ao setor elétrico, como Eletrobras, General Electric, *Department of Scientific and Industrial Research* (Londres) e Universidade de Iowa.

²⁶ Dados extraídos a partir do *software* utilizado pela instituição, o repositório digital *Tainacan*. Disponível em: <<https://acervoeflcultural.com.br/>>. acesso em: 20 out. 2025.

²⁷ As tipologias dentro do Tainacan se diferem das coleções tombadas pelo MERGS, uma vez que a gestão dos acervos do MERGS é realizada pelo Espaço Força e Luz (EFL), que também faz a gestão dos acervos do Memorial Erico Verissimo, localizado no mesmo edifício que o museu. Para maiores informações, acessar: <<https://acervoeflcultural.com.br/>>.

Figura 24 - Documento de tombamento de bens patrimoniais, 1953.



Fonte: MERGS (2023b).

O acervo tridimensional, com 628 itens catalogados, amplia o escopo da documentação ao incluir materiais técnicos, equipamentos, instrumentos e plantas que representam tanto o cotidiano operacional da empresa quanto sua dimensão institucional. A procedência do maior número de de itens é da Assessoria de Comunicação Social e Gerência Regional de Porto Alegre/RS (148 registros), seguida pela Gerência Regional de Pelotas/RS (21), pelo Setor de Topografia (Porto Alegre/RS, 20) e pela Gerência Regional de Rio Grande/RS (17). Outras unidades, como as gerências regionais de Cachoeira do Sul/RS (5), Lajeado/RS (4), Passo Fundo/RS (2), Vacaria/RS (2), Bagé/RS (2) e Canoas/RS (2), completam a procedência territorial dos objetos preservados pelo museu.

Figura 25 - Amperímetro da Usina de Bagé/RS.



Fonte: MERGS (2022a)

Além das unidades administrativas, anteriormente localizadas em diversas cidades do RS, o acervo tridimensional incorpora também registros ligados às unidades geradoras, que representam o eixo industrial da eletrificação gaúcha. Destacam-se a Usina Hidrelétrica Dona Francisca (Agudo/RS), com 8 itens, a Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota/RS), com 2, e a Usina Hidrelétrica da Picada 48 (Charqueadas/RS), além de referências pontuais a barragens e subestações. Esses registros evidenciam o papel das usinas como centros de produção de energia e como paisagens industriais, onde se articulavam infraestrutura, tecnologia e trabalho especializado.

O acervo audiovisual, por sua vez, concentra 305 registros, onde as usinas hidrelétricas aparecem com destaque: Salto do Jacuí/RS (24 registros), Canela/RS (13), São Francisco de Paula/RS (12), Nova Palma/RS (7), Passo Fundo/RS (7), Ijuí/RS (5), Júlio de Castilhos/RS (5), Vacaria/RS (5), Maximiliano de Almeida/RS (4), Tapes/RS (4), Santa Maria/RS (3), Ernestina/RS (3) e Torres/RS (2). Também

figuram as termelétricas de São Jerônimo/RS (10), Candiota/RS (2) e Porto Alegre/RS (2), além da Central Termelétrica Candiota II (1). As imagens e filmes associados a essas usinas documentam obras, maquinário, equipes de manutenção e eventos de inauguração, oferecendo um testemunho visual do desenvolvimento das formas de geração e transmissão de energia elétrica.

Figura 26 - Vila operária. Construção da Usina de Ivai/RS, 1951.



Fonte: MERGS (2023c).

Quando analisados em conjunto, os três núcleos do acervo revelam a complexidade do sistema elétrico como estrutura organizacional e como paisagem técnica e do trabalho. O registro de múltiplas gerências regionais, por exemplo, mostra como a Companhia sustentou setores especializados, como engenharia, segurança, manutenção, comunicação e vendas, que operavam de forma integrada. A variedade na composição do acervo demonstra, em parte, a ampliação contínua das redes de transmissão e distribuição no Estado.

Os acervos também permitem compreender o processo de eletrificação a partir de um fenômeno de caráter patrimonial. As hidrelétricas, termelétricas e sedes regionais não são apenas instalações técnicas, mas marcos de um processo de industrialização que redefiniu as relações entre cidade, trabalho e natureza.

Barragens, subestações, turbinas e equipamentos preservados nos acervos tridimensionais são testemunhos materiais da engenharia elétrica aplicada ao território; os documentos administrativos e os relatórios de obras revelam as decisões políticas e econômicas que sustentaram essas transformações; e o acervo audiovisual expõe as narrativas visuais de progresso que acompanharam a expansão da rede.

Figura 27 - Placa de identificação, 1940.



Fonte: MERGS (2022b).

Como já abordado anteriormente, é importante reforçar que ainda hoje o acervo do MERGS não é tratado como patrimônio industrial. Essa ausência aparece também no depoimento da museóloga responsável: “Até o momento nunca vi nada sobre isso” (Barbosa, 2025), referindo-se à inexistência de uma classificação explícita do acervo como patrimônio industrial nos documentos e rotinas do museu. Isso reflete uma tendência de desconsideração do patrimônio industrial em favor de enfoques mais tradicionais. Waldisa Russo Guarnieri (1980), em sua pesquisa, defende que esse tipo de museu idealizado teria o papel de enfatizar a industrialização como um processo social:

[...] um museu industrial não é apenas um museu de máquinas: é um museu de máquinas feitas pelo Homem. Um museu industrial não é apenas um museu de produtos: é um museu de bens produzidos pelo Homem e para consumo do Homem. Um museu industrial não é apenas a epopeia das chaminés: é o mundo subterrâneo das casas de máquinas, é o registro dos

movimentos sociais e das lutas de empresários que souberam pensar em seu país... É um museu dinâmico pelas próprias tensões sociais que registra (Guarnieri, 1980, p. 12).

Embora os acervos do MERGS inicialmente não fossem reconhecidos como patrimônio industrial, a preservação de registros das transformações tecnológicas trazidas pela eletricidade, além dos instrumentos, maquinário e práticas de trabalho, permite associá-los às características descritas em cartas, documentos e estudos sobre o patrimônio industrial.

A Carta de Nizhny Tagil (2003) sublinha a importância de preservar edificações e maquinários em seus contextos territoriais de origem, como fábricas, oficinas e centros de produção de energia. Segundo a Carta, a identificação e proteção desses locais por suas coletividades são essenciais para que esses vestígios da cultura industrial permaneçam como testemunhos de uma época. No entanto, o MERGS seguiu um processo inverso: ao invés de manter os vestígios do setor elétrico em seus espaços industriais de origem, o museu concentrou-se em reunir e catalogar esses objetos e documentos, formando o acervo museológico existente hoje.

Ainda que as recomendações da Carta de Nizhny Tagil sejam posteriores à criação do MERGS, seu acervo não foi ressignificado ao longo dos anos, o que poderia ter orientado processos de musealização *in situ*. O não reconhecimento da natureza industrial da tipologia do seu acervo, associado ao possível desconhecimento dessas diretrizes internacionais explicam a política ainda vigente do MERGS de musealizar retirando objetos dos sítios industriais originais, o que prejudica a interpretação do patrimônio, em especial a compreensão dos seus contextos históricos. A transferência de máquinas, documentos e outros vestígios industriais para dentro do museu, longe de usinas, subestações e centros administrativos onde originalmente estavam, pode ter ocasionado uma quebra na relação histórica e arquitetônica desses itens com os locais onde a eletrificação gaúcha se desenvolveu.

De outra parte, é importante reconhecer que grande parte do acervo foi retirada de usinas, subestações e instalações em processo de desativação ou reforma, revelando uma prática de salvaguarda reativa diante do risco de descarte. Suelena recorda que “a gente ia até as usinas e retirava as peças que iam ser

jogadas fora, porque sabíamos que, se não tirássemos naquele momento, tudo seria perdido” (Josino, 2025), demonstrando uma atuação orientada pela urgência e pela percepção da perda irreversível desses bens. Caso essa coleta não tivesse ocorrido, possivelmente parte significativa das coleções tivesse sido descartada ao longo dos anos, situação recorrente em contextos de encerramento de unidades produtivas.

Sobre isso, a própria Carta de Nizhny Tagil recomenda que se deve “[...] responder rapidamente ao encerramento de sítios industriais importantes, a fim de prevenir a remoção ou a destruição dos seus elementos significativos [...]” (TICCIH, 2003, n.p.). Nesse sentido, a centralização do acervo no museu possibilitou a proteção física de documentos, máquinas e outros objetos que poderiam ter se deteriorado ou desaparecido em seus locais originais, especialmente diante da desativação de usinas e demais instalações industriais.

Diante do exposto, observa-se que a trajetória de criação e consolidação do MERGS não pode ser compreendida apenas como a formação de um museu temático sobre eletricidade, mas como a institucionalização progressiva de um espaço de memória técnica que surgiu no interior da CEEE e foi sustentado por uma combinação de motivações culturais e estratégicas. As mudanças de sede, o vínculo inicial à área de Relações Públicas e a ênfase na reunião de documentos, máquinas e equipamentos evidenciam uma origem marcada pela memória empresarial, na qual a preservação opera como forma de legitimar a trajetória institucional e organizar uma narrativa sobre a eletrificação do Estado. Nesse processo, o papel das trabalhadoras entrevistadas, a partir de suas falas, revela que a musealização se realizou por práticas intuitivas de coleta, registro e seleção, que ao mesmo tempo consolidaram o acervo e expuseram a vulnerabilidade do patrimônio diante de reformas, reestruturações e deslocamentos.

Ao longo deste capítulo, observa-se que a formação das coleções do MERGS ocorreu de maneira gradual, acompanhando as condições institucionais e operacionais disponíveis em cada período, e não a partir de um planejamento museológico previamente definido. A constituição do acervo esteve associada, sobretudo, às oportunidades de recolhimento e à necessidade de preservar materiais considerados relevantes no contexto das transformações do setor elétrico. Assim, muitos objetos e documentos foram incorporados conforme sua disponibilidade, sendo posteriormente organizados de acordo com as possibilidades

de espaço, equipe e estrutura existentes. Dessa forma, a trajetória inicial do museu relaciona-se diretamente ao ambiente institucional da empresa, refletindo dinâmicas administrativas, mudanças físicas, limitações operacionais e diferentes níveis de prioridade atribuídos à preservação ao longo do tempo.

Essa formação assistemática das coleções expõe fragilidades que ajudam a compreender lacunas documentais e limites operacionais observados no conjunto analisado. Entre elas, destacam-se: a criação e operação inicial sem equipe tecnicamente especializada em Museologia, com procedimentos aprendidos e ajustados ao longo do tempo; a vinculação do MERGS a setores voltados à comunicação e à memória institucional, favorecendo decisões pragmáticas em detrimento de um planejamento museológico; a ausência de uma política formal de aquisição e descarte, com entradas orientadas por doações, achados e oportunidades, muitas vezes sem critérios padronizados e sem a devida contextualização de proveniência; a documentação museológica desigual, com registros e tombamentos por vezes incompletos, descrições insuficientes e variações na qualidade informacional; a inexistência — ou descontinuidade — de rotinas consolidadas de conservação preventiva e de condições adequadas de reserva técnica, agravadas por limitações físicas e por demandas concorrentes; e, por fim, os efeitos das sucessivas mudanças de sede e reorganizações institucionais, que comprometeram a continuidade do trabalho e, em determinados momentos, ampliaram riscos de perdas, descaracterizações e dissociações entre itens, documentação e contexto.

Dessa forma, esta análise auxiliou na compreensão que a composição do acervo e os modos de sua documentação não podem ser interpretados apenas como resultado de escolhas técnicas, mas como produto histórico de condições institucionais específicas. Ao mapear a origem, a organização das coleções e seus instrumentos de registro, bem como as lacunas identificadas, a análise direciona a como o acervo foi sendo constituído de maneira progressiva, refletindo tanto as práticas de preservação adotadas quanto os limites estruturais enfrentados pelo museu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) permite observar, com nitidez, como a memória da eletricidade foi sendo institucionalizada a partir da vontade de uma empresa estatal e, ao mesmo tempo, convertida em narrativa por meio de práticas museológicas. A análise do período entre os anos 1970 e 2002 mostra que o museu se constituiu em um terreno híbrido, situado entre comunicação institucional, memória empresarial e processos de musealização, atravessado por decisões administrativas, condições materiais, mudanças de sede e disputas de legitimidade sobre o que pode ser reconhecido como bem cultural.

As transformações do campo museológico e das políticas culturais no Brasil, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, ajudam a compreender o surgimento de uma sensibilidade patrimonial na CEEE. Mas ainda que o debate sobre a ampliação da noção de patrimônio e da Nova Museologia tenha ganhado terreno, sobretudo, a partir dos anos de 1980, certas categorias e agendas (especialmente aquelas ligadas ao trabalho, à técnica e à industrialização) demoraram a alcançar maior reconhecimento público e institucional.

Em um cenário de expansão de museus, redefinições de função social e usos políticos da cultura, a consolidação de rotinas técnicas e de instrumentos profissionais não ocorreu de forma homogênea, produzindo assimetrias entre crescimento institucional e qualificação museológica.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, com a Constituição de 1988 como marco, corrobora que critérios de valor patrimonial não são fixos, mas historicamente disputados. A valorização da diversidade cultural, a crítica a modelos unificadores de identidade nacional e as mudanças institucionais no campo patrimonial reposicionaram debates e ampliaram horizontes interpretativos.

O vínculo com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) não aparece como dado meramente administrativo, mas como condição estruturante de produção de memória. Museus e centros de memória vinculados a organizações, públicas e privadas, se fortalecem no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980, em paralelo a processos de redemocratização, reestruturações estatais e privatizações de setores estratégicos. Essa moldura ajuda a interpretar o MERGS como arranjo institucional que preserva e comunica história, constrói legitimidades e disputa

narrativas. Ao mesmo tempo, evidencia ambiguidades: a potência de salvaguardar acervos técnicos e documentais, mas também os riscos de descontinuidade e fragilização quando a preservação depende de prioridades corporativas variáveis e de estruturas de gestão nem sempre orientadas por um planejamento museológico formal.

A história do MERGS mostra que a preservação da eletricidade como herança cultural se construiu em diálogo com o próprio processo de modernização urbana e industrial do Rio Grande do Sul. A formalização institucional do museu pela CEEE e sua vinculação a setores de comunicação e relações públicas indicam que a iniciativa nasce não só como estratégia de memória e difusão, mas também como resposta à perda acelerada de equipamentos, documentos e registros técnicos. As mudanças de sede e reconfigurações espaciais, do início em espaços provisórios, passando pela instalação no Edifício Força e Luz, pela realocação durante reformas e pelo seu retorno em 2002 ao mesmo edifício, revelam a dimensão material da história institucional: deslocamentos, reformas e reorganizações interferiram diretamente na continuidade de rotinas técnicas, na integridade das coleções, na estabilidade do trabalho e na capacidade de consolidar padrões de documentação e conservação.

A escala urbana e regional aprofunda essa leitura, a título de exemplo do centro histórico de Porto Alegre e suas disputas patrimoniais, marcadas por pressões imobiliárias, contradições de políticas de preservação e criação de instrumentos técnicos municipais, oferecem um pano de fundo para compreender o significado simbólico e estratégico do Edifício Força e Luz como sede. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento institucional do campo museológico no Rio Grande do Sul, com a estruturação de políticas e sistemas estaduais, revela que a permanência de museus e acervos depende de condições estáveis de governança, financiamento e rotinas profissionais. A experiência do MERGS expõe, assim, uma constatação central: patrimônio e museu não se sustentam apenas por importância histórica; dependem de infraestrutura, equipe, instrumentos, procedimentos, continuidade e capacidade institucional de manter o trabalho no tempo.

A constituição do acervo e os modos de registro revelam, com clareza, que as coleções não foram resultado de um programa museológico previamente estruturado, mas de um processo incremental e, em larga medida, reativo.

Recolheu-se o que estava prestes a desaparecer, registrou-se o que era possível e organizaram-se conjuntos conforme o espaço e as rotinas permitiam. Essa formação assistemática expõe fragilidades que ajudam a compreender lacunas documentais e limites operacionais, como a ausência inicial de equipe tecnicamente especializada em Museologia; documentação desigual e, por vezes, incompleta; lacunas de proveniência; inexistência de política formal de aquisição e descarte; descontinuidade de rotinas de conservação preventiva; limitações de reserva técnica; e impactos das mudanças de sede sobre continuidade do trabalho e risco de dissociação entre itens, documentação e contexto. Esse diagnóstico não produz uma narrativa de “fracasso”, mas delimita o modo específico como a preservação se realizou: sob contingência, dentro de uma estrutura institucional orientada por outras prioridades e com recursos oscilantes.

Ao mesmo tempo, a materialidade preservada, representada por objetos, documentos, imagens e registros técnicos, oferece uma via potente para interpretar a eletrificação como processo histórico, tecnológico e social, articulando infraestrutura, trabalho e território. A eletricidade aparece, nessa leitura, como patrimônio complexo, não apenas aquilo que “funciona” tecnicamente, mas aquilo que organiza a vida urbana, transforma economias regionais, produz paisagens técnicas e reconfigura relações sociais. Compreender MERGS e seu acervo como conjunto integrado desloca o olhar do objeto isolado para as redes de infraestrutura e para as práticas de trabalho que ele testemunha, abrindo possibilidades de interpretação pública que ultrapassam a nostalgia técnica e aproximam o museu de debates contemporâneos sobre energia, modernização, desigualdades e cultura do trabalho.

A pesquisa, apoiada na documentação institucional, bibliografia e entrevistas semiestruturadas, mostrou-se importante para reconstruir rotinas, critérios tácitos e processos que nem sempre aparecem integralmente em documentos formais. Os depoimentos permitiram acessar o “como” da preservação, os improvisos, ajustes, escolhas cotidianas, interrupções, retomadas, além de significados atribuídos ao museu por quem o construiu e sustentou no trabalho. Esse aspecto reforça que parte expressiva da trajetória do MERGS depende de memórias de trabalho e de registros não plenamente sistematizados, ampliando a relevância de tratar fontes

orais como evidências históricas, sem descolar essas narrativas de sua necessária articulação com documentos, instrumentos de registro e materialidade do acervo.

Nesse conjunto, torna-se evidente o protagonismo feminino na trajetória institucional e na gestão cotidiana do museu. As narrativas e a documentação indicam que, em diferentes momentos, foram trabalhadoras vinculadas à comunicação institucional, à documentação e à organização dos acervos que garantiram a continuidade das práticas de salvaguarda, frequentemente em condições de escassez de recursos, instabilidade institucional e imprevisto técnico. Reconhecer esse protagonismo não se limita a um aspecto biográfico, mas como chave interpretativa para compreender como a preservação do patrimônio ligado ao setor elétrico dependeu de rotinas, saberes e decisões de trabalho muitas vezes pouco visíveis nas versões mais oficiais da história institucional. Essa dimensão nos leva a ampliar o entendimento do MERGS também como lugar de memória do trabalho e, portanto, de sujeitos e não apenas de objetos.

As questões que se abrem a partir daqui são, deliberadamente, tanto analíticas quanto práticas, não apenas para este museu do estudo, mas para todos próximos a sua tipologia. Como garantir continuidade de políticas de acervo em instituições cuja trajetória foi atravessada por reestruturações, mudanças de gestão e oscilações de prioridade? Que estratégias permitem transformar a salvaguarda baseada em contingências em instrumentos duráveis, como a política de aquisição e descarte, plano de conservação, padronização documental, governança e rotinas estáveis de atualização, capazes de enfrentar lacunas herdadas da formação assistemática das coleções? De que modo processos de arrolamento, catalogação e digitalização podem ampliar acesso público sem reduzir o acervo a um inventário descontextualizado, fortalecendo a qualidade informacional (proveniência, trajetória, contexto de uso) e a capacidade interpretativa do conjunto preservado?

Outra tensão central envolve território e local de origem, uma vez que a retirada de bens técnicos de usinas e instalações em desativação, embora funcione como salvaguarda diante do descarte, pode romper vínculos contextuais essenciais para a leitura do patrimônio industrial. Como equilibrar resgate e preservação contextual, especialmente quando recomendações internacionais valorizam a manutenção de vínculos de lugar? Que parcerias com comunidades, ex-trabalhadores, municípios e instituições de pesquisa podem ser estruturadas para

reconstruir contextos perdidos e produzir novas camadas interpretativas sobre objetos, documentos e imagens? E, em um cenário contemporâneo de transição energética e transformação tecnológica acelerada, quais recortes devem orientar a preservação para que o museu não se restrinja a narrar um passado encerrado, mas se constitua como espaço crítico de educação patrimonial sobre energia, infraestrutura e seus impactos sociais?

É importante citar a publicação internacional sobre patrimônio industrial que esteve fora do período de desenvolvimento desta pesquisa, a Carta de Motril (2026)²⁸ do Patrimônio Industrial Móvel, elaborada pelo TICCIH Espanha em setembro de 2025. Ainda que não tenha sido incorporada ao referencial teórico central desta dissertação em razão do recorte temporal da escrita, considera-se relevante mencioná-la, sobretudo pela proximidade entre suas recomendações e as questões analisadas ao longo da pesquisa. O documento reconhece os acervos industriais móveis como parte essencial da memória histórica, tecnológica e social das sociedades industriais, defendendo a preservação contextualizada de máquinas, ferramentas, documentos e objetos vinculados aos processos produtivos, bem como a necessidade de documentação sistemática, valorização dos saberes técnicos e manutenção dos vínculos entre patrimônio, território e comunidades de trabalho. Nesse sentido, a Carta reforça discussões desenvolvidas nesta dissertação sobre o MERGS, especialmente no que se refere à formação de suas coleções, aos desafios de documentação e à preservação da memória do setor elétrico gaúcho por meio de seus acervos musealizados.

À luz das análises apresentadas, torna-se possível afirmar que o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul preserva acervos voltados ao patrimônio industrial do setor de energia elétrica, ainda que essa noção não tenha orientado de forma explícita suas práticas iniciais de constituição do acervo. A diversidade tipológica de suas coleções, que reúne máquinas, equipamentos, documentos, registros fotográficos, objetos do cotidiano do trabalho e vestígios materiais das estruturas de geração, transmissão e distribuição de energia, evidencia a preservação de um conjunto diretamente vinculado a uma atividade industrial estratégica para o

²⁸TICCIH. Carta de Motril del Patrimonio Industrial Mueble: conservación, memoria, innovación y valor social. Motril (Granada), 2026. Disponível em: <<https://motril.es/wp-content/uploads/2026/01/Carta-de-Motril-del-Patrimonio-Industrial-Mueble.pdf>>. Acesso em 13 mai. 26.

desenvolvimento do estado, contribuindo para a construção de narrativas sobre a história técnica, econômica e social da eletricidade no Rio Grande do Sul.

A própria trajetória do MERGS demonstra a necessidade de ampliação futura das pesquisas voltadas às relações entre patrimônio industrial e memória do trabalho, especialmente no setor elétrico. Embora esta dissertação tenha se concentrado nos processos institucionais de formação do museu e de constituição de suas coleções, o acervo preservado também permite investigar experiências de trabalhadores, culturas técnicas, sociabilidades e formas de pertencimento produzidas no cotidiano da indústria da eletricidade. Assim, abre-se um campo de investigação ainda pouco explorado no Rio Grande do Sul, capaz de articular patrimônio industrial, história social do trabalho e memória empresarial a partir das múltiplas camadas presentes nos acervos deste museu.

Por fim, o futuro do MERGS depende menos de uma afirmação abstrata de relevância e mais da capacidade de sustentar materialmente e institucionalmente sua função principal. Consolidar rotinas técnicas, qualificar documentação, integrar políticas de acervo às políticas de comunicação e educação, ampliar redes de pesquisa e cooperação e garantir condições de trabalho compatíveis com o valor do conjunto preservado são tarefas que recolocam, no presente, a pergunta que atravessou a pesquisa: o que significa preservar a eletricidade como patrimônio? Ao evidenciar que a memória do setor elétrico foi musealizada por meio de escolhas, contingências e persistências, a trajetória do MERGS oferece não apenas uma história institucional, mas um campo de reflexão sobre como se define, se legitima e se torna público um patrimônio profundamente ligado à técnica, ao trabalho e à vida social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. S. de. **Memória Empresarial**. 2009. Monografia (Especialização em Gestão de Arquivos) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polêsine, RS, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1066/Almeida_Ana_Paula_Santos_de.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2024.

AXT, Gunter. **A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

BARBOSA, Patrícia G. M. **Entrevista concedida a Marcelo A. K. Scheffer**. Porto Alegre, 12 dez. 2025. Transcrição.

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul: um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1944>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BICCA, MARIANA. **Entrevista concedida a Marcelo A. K. Scheffer**. Porto Alegre, 9 out. 2025. Transcrição.

BISERRA, Natália Figueiredo. **A Musealização da Arqueologia e o Museu Nacional: estudo sobre as práticas museológicas no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppg-pmus/natalia_figueiredo_biserra.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009a**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009b**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Museus (PNM)**. 2003. Disponível em:

<<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/politica-nacional-de-museus-2013-memoria-e-cidadania>>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRUNO, Maria Cristina. Museus de empresa: Princípios, problemas e perspectivas. **Cadernos de SocioMuseologia**, Lisboa, v. 10, n. 10-11, p. 43-46, 1997. Disponível em:

<<https://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosocioMuseologia/article/view/300>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. CEEE. **Informativo CEEE**. Ano 5, n. 12, 1977.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Circular nº 03/77 de 17 de fevereiro de 1977**. Institui a criação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1977.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul**: Projeto de Estruturação. Porto Alegre, 1979.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução nº 026 de 10 de fevereiro de 1977**. Diretoria Colegiada. Porto Alegre, 1977.

DALLA VALLE, Felipe. **[Eduardo Leite durante o leilão de privatização da CEEE-D]**. Porto Alegre: Palácio Piratini, 2021. 1 fotografia. Disponível em:

<https://www.estado.rs.gov.br/grupo-equatorial-e-o-vencedor-de-leilao-de-privatizacao-d-a-ceee-d>. Acesso em: 15 nov. 2024

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. O lugar do patrimônio industrial. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/787274>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FUNDAÇÃO FORÇA E LUZ. **Plano museológico 2021-2023**. Porto Alegre, 2021.

Disponível em:<<https://www.eflcultural.org.br/institucional>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOUVEIA, Inês. Waldisa Rússio: Museologia e política nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, d2e58, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WPLBjYYM6SsRwJQ4tvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GRAÇA, Gabriel Marques. **Museus de Empresa em Portugal: estimar o passado como defesa de futuro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2018. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/117559>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Um museu de indústria em São Paulo. 1980. Tese (Doutorado) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1980. 143 p.

ICOM. **Declaração de Quebec**. Quebec: ICOM, 1984. Disponível em: <<https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-quebec-1984-por.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ICOM. **Declaração de Santiago do Chile**. Santiago do Chile: ICOM, 1972. Tradução de Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno. Disponível em: <<https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. IBRAM. **Museus em números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. V. 1. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf>. acesso em: 20 jan. 24.

JOSINO, Suelena. **Entrevista concedida a Marcelo A. K. Scheffer**. Porto Alegre, 13 out. 2025. Transcrição.

LEITE, Danieli Giovanini do Carmo. **O Museu da Energia de São Paulo e sua relação com o entorno**. 2023. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/D.103.2023.tde-24052023-095511>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MENDES, José Amado. O património industrial e os museus: que relação? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 14, n. 27, p. 59-84, 2022.

MERGS. Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (Fundo). **Amperímetro**. Catalogada em: 29 ago. 2022a. 1 fotografia. Procedência: CEEE. Companhia Estadual de Energia Elétrica. Gerência Regional de Bagé/RS. Disponível em: <<https://acervoeflcultural.com.br/acervo-tridimensional/amperimetro-5/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MERGS. Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (Fundo). **Fotografias da Usina Hidrelétrica de Ivaí**. Catalogada em: 17 ago. 2023c. 1 fotografia. Procedência: Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense - CEERG. Usina Hidrelétrica de Ivaí, 1951. Disponível em:

<<https://acervoeflcultural.com.br/acervo-audiovisual/fotografias-da-usina-de-ivai/>>. Acesso em 25 set. 2025.

MERGS. Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (Fundo). **Placa**. Catalogada em: 08 set. 2022b. 1 fotografia. Procedência: CProcedência: CEEE. Companhia Estadual de Energia Elétrica. Agência de Viamão, 2002. Disponível em: <https://acervoeflcultural.com.br/acervo-tridimensional/placa-identificadora-2/>. Acesso em: 25 set. 2025.

MERGS. Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (Fundo). **Tombamento dos bens patrimoniais de Santo Antônio**. Catalogada em 6 jun. 2023b. 1 fotografia. Procedência: CEEE. Companhia Estadual de Energia Elétrica, 1953. Disponível em: <<https://acervoeflcultural.com.br/acervo-documental/tombamento-dos-bens-patrimoniais/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. disponível em: <https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em 25 set. 2024.

MONDIN, Thamíris. Companhia Florestal do Brasil arremata CEEE-G por R\$ 928 milhões. **Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do RS [site institucional]**, Porto Alegre, 01 ago. 2022. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/companhia-florestal-do-brasil-arremata-ceee-g-por-r-928-milhoes#:~:text=A%20Companhia%20Florestal%20do%20Brasil,valor%20inicial%20estipulado%20no%20edital>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MOTTA, Lia. A conquista do conceito de patrimônio cultural na Constituição de 1988. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 31, e7, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672023v31e7>>. Acesso em: 20 abril 2025.

MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. História da CEEE. [2025].

MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Sem título [Requisição de Mudança de Sede]. [2025].

NERY, O. S.. A industrialização em espaços museológicos: análises do Museu do Trabalho, Central Tejo e Museu Nacional da Ciência e da Técnica da Catalunha. **Patrimônio e Memória**, Bauru, v. 16, p. 433-462, 2020. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1058>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Arqueologia Industrial: Patrimônio Industrial e sua difusão cultural. *In*: FUNARI, P.P.A.; CAMPOS, J.B.; RODRIGUES, M.H.S.G. (Orgs.): **Arqueologia Pública e Patrimônio: questões atuais**. Criciúma: UNESP, 2015. p. 197-225.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Patrimônio industrial e arqueologia industrial no Brasil: perspectivas e desafios. *Revista CPC*, São Paulo, n. 8, p. 125-142, nov. 2009.

OLIVEIRA, K. D. de; FARIA, A. C. G. de. A Museologia ativa como campo de valorização e ressignificação do patrimônio industrial. *In*: MESTRES E CONSELHEIROS, 12., Belo Horizonte. **Anais...**: Belo Horizonte, IEDS, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/233496>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v.2). Disponível em: <<https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190653/17105304-documentacao-museologica-gestao-acervo.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 1.744, de 20 de fevereiro de 1952**. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-1744-1952-rio-grande-do-sul-altera-a-re-dacao-da-letra-h-da-lei-n-1744-de-20-21952>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 53-69, jun. 2004.

SCARTON, Suzy. CPFL Energia vence o leilão de privatização da CEEE-T. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul [site institucional]**, Porto Alegre, 16 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/cpfl-energia-vence-o-leilao-de-privatizacao-da-ceee-t>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SCARTON, Suzy; KANNENBERG, Vanessa. Grupo Equatorial é o vencedor de leilão de privatização da CEEE-D. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul [site institucional]**, Porto Alegre, 31 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/grupo-equatorial-e-o-vencedor-de-leilao-de-privatizacao-da-ceee-d>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, C. J. da; MARINHO, A. R. B.; FRANCO, F.; BONINI, L. M. M. Museu da Energia de Salesópolis - SP: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [S. l.], v. 15, n. 34, p. 218–237, 2017. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19084>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SILVA, Claudio Justino da. **Usina hidrelétrica e museu da energia de Salesópolis: reflexões sobre patrimônio histórico, cultural, ambiental e industrial da região do Alto Tietê**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP, 2016. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_5f798f23d0767aa976c871a84e48f2c4>. Acesso em: 02 abr. 2024.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. Assis, SP: Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIHBrasil), 2003. Disponível em: <<https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilCharter.pdf>>. Acesso em 16 jun 2024.

TICCIH. **Carta de Sevilla de Patrimonio Industrial 2018**: los retos del siglo XXI. Sevilla: Universidad de Sevilla; Centro de Estudios Andaluces, 2019. Disponível em: <<https://ticcih.org/sevilla-charter-of-industrial-heritage/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

VALENTE, Maria Elizabeth Almeida. **Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil**: uma história da Museologia entre as décadas de 1950-1970. 2008. Tese (Doutorado em História de Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/436368>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

YAGUI, Mirian Midori Peres. **Museus e patrimônio industrial**: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-06022015-153522/pt-br.php>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1 Em qual contexto o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) foi criado? Quais pessoas estavam envolvidas e qual papel elas desempenharam neste processo?

2 E quais instituições se envolveram também neste processo?

3 Quais foram os principais desafios enfrentados na implementação do museu? Houve desafios na gestão institucional, financiamento e na preservação do patrimônio da Companhia de Energia Elétrica do Estado (CEEE)?

4 Você se lembra se, na época da criação do Museu, havia debates sobre patrimônio industrial no Brasil?


5 Como foi selecionado o acervo e formadas as coleções? Houve critérios específicos, comissões envolvidas ou processos definidos para a aquisição de novos itens e a escolha dos objetos e documentos?

6 Como você avalia o papel do MERGS no cenário Museológico no estado?

7 E, na sua opinião, quais são as expectativas para o futuro MERGS? Como você vê a associação do museu à preservação e musealização do patrimônio industrial?

8 Gostaria de contribuir com mais alguma informação?

ANEXO A - RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO DO MERGS, 1977.


	DIRETORIA COLEGIADA
RESOLUÇÃO N.º 026 , DE 10.02.1977	
PROCESSO N.º	EXPEDIENTE N.º s/nº
ATA N.º 644	

ASSUNTO: Criação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.

- RESOLUÇÃO: 1. Criar, a partir de 1º de fevereiro de 1977, "Dia do Eletricitário Gaúcho", o MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.
2. O MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL tornar-se-á, futuramente, um repositório de documentos, máquinas e equipamentos que testemunham o início e o desenvolvimento em nosso Estado, da utilização da eletricidade como fonte de energia.
3. O "MUSEU" passará a fazer parte integrante da estrutura organizacional da Superintendência de Relações Públicas, ficando subordinado diretamente ao Superintendente.
4. A Superintendência de Relações Públicas deverá desenvolver as seguintes atividades iniciais visando a formação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL:
- 4.1 - Pesquisar a documentação antiga existente no arquivo localizado no CETAF e em outros locais de trabalho da Empresa, com a finalidade de requisitar os documentos que possam interessar ao MUSEU;
- 4.2 - Cadastrar os elementos históricos que possam interessar, visando evitar possíveis alienações;
- 4.3 - Indicar, periodicamente, à Diretoria Colegiada, através do Presidente, todos os elementos históricos cadastrados visando o seu transporte e depósito no recinto do CETAF, temporariamente.
5. A Superintendência de Relações Públicas deverá apresentar em prazo não superior a 30 dias, para apreciação da Diretoria Colegiada, um plano preliminar visando a instalação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL sugerindo localização, dimensões, configuração e outras condições gerais que facilitarão a condução final do plano.

ANEXO B - CERTIFICADO DE ENTIDADE CULTURAL, 1977.

MERGS JÁ É ENTIDADE CULTURAL RECONHECIDA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Nº 40
VÁLIDO POR 2 ANOS

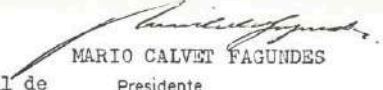
CERTIFICADO DE ENTIDADE CULTURAL

- MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL -
PORTO ALEGRE - RS

o CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, na forma das disposições legais, CONFERE o presente certificado de Entidade Cultural, cadastrada no órgão estadual de cultura, conforme decisão registrada em Ata nº 477 de 05 de abril de 19 78.

Porto Alegre, 07 de abril 19 78.

ÓRGÃO:

<p>Autônomo: Mantenedor: Companhia Estadual de Energia Elétrica</p>	 MARIO CALVET FAGUNDES Presidente
---	---

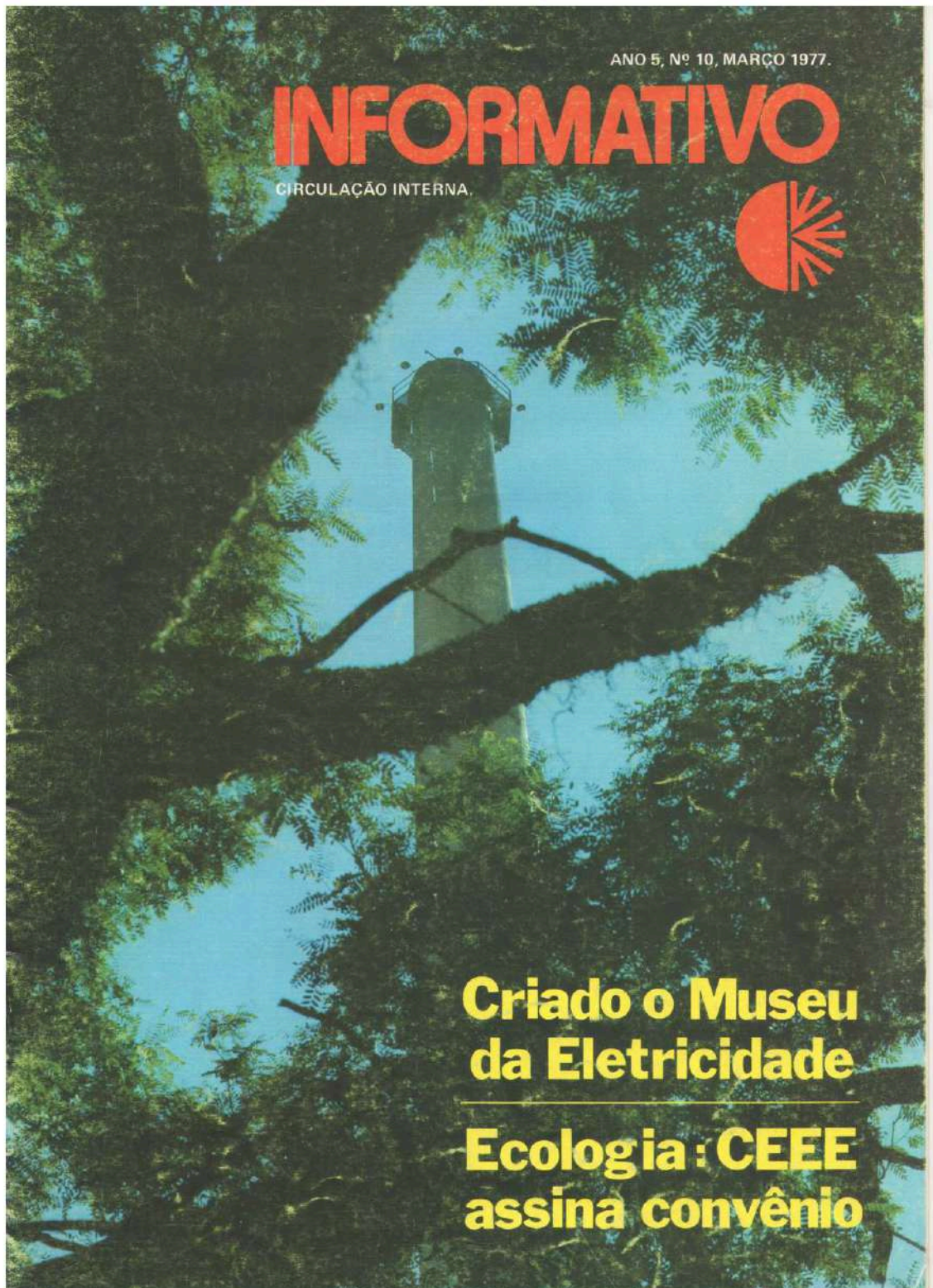
O Conselho Estadual de Cultura, órgão da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, conferiu o "Certificado de Entidade Cultural" ao Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, conforme decisão registrada na Ata número 477, de 05 do corrente.

O documento foi encaminhado ao superintendente de Relações Públicas da Companhia, e responsável pelo MERGS, Salvador Luiz Abech, através do ofício número 42/78, de 07 do corrente, cujo texto é o seguinte:
"Estamos, nesta data, encaminhando a V.S.ª, o Cer-

tificado de Entidade Cultural n.º 40, comprovante de que o MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, em Porto Alegre, acha-se devidamente cadastrado na Secretaria Geral do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. Atenciosamente, Roseli Lakus Nuñez, Secretária-Geral."

Informativo CEEE, ano 7 n.º 1, Abril 1978 9

ANEXO C - INFORMATIVO CEEE - ABERTURA MERGS, 1977.



NOSSA EMPRESA

MERGS ABERTO AO PÚBLICO



Informativo CEEE, ano 7 n° 4, Agosto, 1978

ANEXO D - SOLICITAÇÃO PARA MUDANÇA DE SEDE, S/D.

A DIFUSÃO CULTURAL, envolve suas atividades e programas, que compreendem principalmente a organização de exposições (permanentes, itinerantes e temporárias) de maneira expressiva, ordenada e orientada em determinado sentido que varia conforme a natureza do evento. No que tange a exposição permanente do MERGS, salienta-se às visitas programadas que consistem em:

- Estudantes de 1º e 2º graus de Ensino da Capital e do Interior;
- Estudantes de cursos específicos de eletricidade da Capital e do Interior e Universidades;
- Entidades Culturais e de Classes;
- Eletrobrás e Empresas Concessionárias;
- Funcionários e familiares.

Durante a visita, somos obrigados a dividir as turmas, em consequência da circulação nas salas. A média de visitantes por turma é em torno de 30. Este ano o MERGS recebeu 1000 mil *visitantes* estudantes.

As exposições itinerantes realizam-se no interior do Estado, sendo que a média são de 3 por ano. Neste item, cumpre-nos ressaltar a escolha de peças a serem expostas, seu acondicionamento, remessa, preparo dos estandes, material de divulgação como folhetos, relacionados com as peças e obras específicas da Companhia além do deslocamento de pessoal.

Dentro do que se refere às exposições temporárias, estas, realizam-se de acordo com datas e eventos significativos durante o ano na Capital, apontados pela Assessoria de Comunicação Social, quando o preparo das mesmas, envolve o mesmo trabalho que as exposições itinerantes.

Além destas atividades relacionadas às exposições o MERGS na área de sua difusão cultural, mantém Projeções de Filmes e Audiovisuais que estão inseridas nas visitas programadas e para o público em geral com uma média de 84 projeções por ano.

Pelo presente, vimos informar a Vossa Senhoria a necessidade urgente do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul - MERGS, mudar-se da atual sede para outro local. Vale ressaltar que ocupamos este prédio desde 1976, ocasião em que o Museu iniciava suas atividades com apenas 30 doações, que gradativamente vem sendo ampliadas, totalizando, atualmente, ^{cerca} cerca de 1000 doações, além de suas atividades inerentes a um museu de características tecnológicas, culminando com programações na área de sua difusão cultural, levando seu objetivo primário de encontro com a filosofia de trabalho da CEEE.

Atualmente, encontra-se refreado face ao desenvolvimento em que se encontra, devido à condições físicas do prédio, locado pela Companhia em 1976, com 327m² de área construída. O MERGS divide em seu organograma duas atividades de igual e correlata importância: a administração e a difusão cultural.

O setor administrativo define sua situação museográfica tal como: modo de aquisição das peças, identificação, conservação, restauração, pesquisa, documentação (livro tombo, avaliação, catalogação, numeração de peças, arquivo, registro de baixas e inventário). O acervo, está em exposição em apenas 4 salas médias e dois corredores que integram, devido ao problema de espaço físico, não ordenadamente, como é recomendável em qualquer museu destas características, os seguintes setores:

Luminárias, numismáticas, máquinas e equipamentos, documentos, mobiliário, bibliografia e documentos.

O setor de Bibliografia e documentação foram acumulados junto às salas de trabalhos administrativos, ocorrendo que o visitante ao requerer uma pesquisa, o faça junto ao setor administrativo. Outro aspecto, e quanto ao recebimento de doações, que devido ao problema existente, somos impedidos, devido às dimensões - tamanho e peso, pois o acervo se constitui basicamente de máquinas e equipamentos. Com isso perdem a CEEE e a comunidade. A primeira por não demonstrar com toda a sua amplitude o desenvolvimento do MERGS. A segunda por perder a oportunidade de apreciar e estudar o valor intrínseco e evolutivo das peças.

Aqui mencionamos novamente o exíguo espaço físico do auditório, que obriga a divisão de grupos que visitam o MERGS. Afora estas atividades programadas acima relacionadas, o MERGS está aberto ao público das 08h30min às 11h00 e das 14h00 às 17h30min de segunda às sextas. Outro fato a considerar é à sua localização. Embora o prédio esteja situado num bairro classe A, o acesso do público é difícil, devido encontrar-se em via secundária, pouco movimentada, cuja visualização do prédio não é marcante ao público que transita pela rua.

Outro fato de suma importância, além dos expostos é quanto à situação física do prédio. Devido à sua antiga construção (por volta da década de 1940) temos enfrentado problemas com infiltração de água, que só seriam resolvidos com uma reforma geral no prédio. Sendo o mesmo colocado, a proprietária, tem feitos reformas apenas para sanar o problema provisoriamente, em função de gastos. Isto, causa-nos transtornos, pois a cada chuva, vemo-nos obrigados a interditar o andar superior para a visita pública além dos danos que a umidade causa na documentação. Recentemente, ocorreu um acidente com um funcionário da Limpol, quando o mesmo procedia a limpeza das calhas no telhado do prédio, que rompeu-se.

Senhor Presidente, estes fatos acima relacionados, tornam-se tão prejudicial e negativo aos principais objetivos do MERGS, já que ele propõe-se a ser dinâmico e não estático, acompanhar o desenrolar, histórico dos acontecimentos. Em anexo, o "Projeto de Implantação do MERGS, no Força e Luz", histórico prédio, atualmente arrolado como Patrimônio Histórico. Trata-se de uma sugestão a ser estudada, como opção futura. Mas, no momento necessitamos de uma solução imediata ao nosso problema, e sugerimos a ocupação do MERGS no 2º andar do Força e Luz, onde atualmente funciona a AFELE, que desenvolve cursos artesanais em um grande espaço ocioso, podendo a associação ocupar salas menores.

Em suma, solicitamos a Vossa Senhoria, todo o empenho possível, para que a mudança do MERGS para um local de melhores condições se concretize, *dentro do menor brevidade possível*.

No aguardo de sua manifestação, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ANEXO E - NOTÍCIA REUNIÃO DE TODAS AS GERÊNCIAS DA CEEE, S/D.

MERGS reúne contatos

Em prosseguimento ao Plano de Interiorização da Política de Relações Públicas, criado pela Assessoria de Comunicação Social, foi realizada, no dia 4 de outubro, uma reunião com os contatos de todas as Gerências Regionais da CEEE e os funcionários da Assessoria de Comunicação Social (ACS).

A reunião, no Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – MERGS, teve por objetivo a reimplantação de um plano que visa racionalizar o sistema de informações e agilizar o trabalho dos contatos, que são um elo de ligação entre as Gerências e a Assessoria.

Os contatos permaneceram o dia todo em reunião, assistindo aos documentários produzidos pela CEEE, recebendo informações sobre os serviços que terão que executar, bem como material que utilizarão.

Presentes ao encontro estiveram: Valmir da Cunha Lopes (GR Alegrete), Ailton da Silva Perozzo (GR Bento Gonçalves), Cromar Santos Frota (GR Cachoeira do Sul), Zeli



Foto: L. A. Ferreira

Maria N. Bobrowky (GR Camaquã), Maria Rejane Josende Garcia (GR Canoas), Valdemiro Scussel (GR Caxias do Sul), Hermes Becke (GR Cruz Alta), Marilú Delfino (GR Erechim), Renato Dallegrave (GR Gravataí), Sérgio Roberto Feldens (GR Lajeado), Pedro Ermani Frey (GR Nova Prata), Adão Bastos (GR Novo Hamburgo), Selma Pelissoli (GR Osório), Jorge Emiliano Silveira Lima (GR Palmeira das Missões), Adair Birajara Gonzato (GR Passo Fundo), Henriete Miranda Castro (GR Pelotas), Margaret Bernini (GR Rio Grande), Maria Isabel Rodrigues Va-

lente (GR Santa Cruz do Sul), Leocádio José Correa de Oliveira Ribas (GR Santa Maria), Nicolau Rodrigues (GR Sant'Ana do Livramento), Renir Pereira dos Santos (GR Santiago), Valter Ernesto Becker (GR Santa Rosa), Vitalino Zanoello (GR Santo Ângelo), Solange Padilha de Freitas (GR São Jerônimo), Tania Mari Schreiber (GR São Leopoldo), Ivânia Jardim de Mello (GR Taquara), Schirlei Terezinha Meurer (GR Três Passos), Edson Vasques Teixeira (GR Uruguaiana) e Luiza Marta Camilo Dal'Alba (GR Vacaria).

Foto: L. A. Ferreira

ANEXO F - DIVULGAÇÃO DE EXPOSIÇÃO ITINERANTE, S/D.

Foto: Fernando C. Vieira



Mostra do MERGS

O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) está realizando uma mostra de fotografias de seu acervo no Refeitório Central, à Rua Chaves Barcelos, 27. A exposição percorrerá diversos setores da Companhia e tem o objetivo de mostrar à classe eletricitária a importância da preservação dos elementos culturais formadores da história da energia elétrica em nosso Estado.

ANEXO G - INFORMATIVO CEEE - CRIAÇÃO DO MERGS, 1977.

NASCE O MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul — sonho acalentado por muitos anos pela classe eletricitária gaúcha — foi oficialmente criado a partir de 1º de fevereiro último, pela Diretoria Colegiada da Empresa, com o objetivo de ser um repositório de documentos, máquinas e equipamentos que testemunham o início e o desenvolvimento em nosso Estado, da utilização da eletricidade como fonte de energia.

CULTURA E SATISFAÇÃO

O Conselho Internacional de Museus (ICOM — International Council of Museums) considera como museu qualquer instituição permanente que conserve e apresente coleções de objetos de caráter cultural ou científico, para fins de estudo, educação e satisfação. Essa definição abrange galerias permanentes de exposições dependentes de bibliotecas e de centros de documentação, monumentos históricos ou suas dependências, assim como os tesouros de igrejas, locais históricos, arqueológicos e naturais, desde que abertos oficialmente à visitação pública; os jardins botânicos e zoológicos, aquários e outras instituições que apresentem espécimes vivos; parques naturais.

A principal função de um museu é a reconstrução histórica, mostrando como se desenvolveram as artes, as técnicas, a cultura e a civilização. O seu papel educativo, particularmente pela colaboração com as instituições escolares, faz do museu um meio de divulgação cultural, onde as Universidades e escolas secundárias organizam cursos tirando o maior proveito da documentação contida no acervo. Além disso, os museus realizam conferências, simpósios, viagens de estudos e outras atividades educativas.

Atualmente, uma das preocupações da museologia é desvincular a idéia de seus padrões iniciais. Não mais se amontoam obras de arte para serem admiradas pelo público à distância, mas sim em contato com a arte de maneira mais espontânea.

EVOLUÇÃO DO MUSEU

Primitivamente, o homem guardava

obras de arte e objetos preciosos, em templos ou lugares sagrados. Isto foi comum na Grécia e no Egito. Entretanto, não havia nessa acumulação nenhum interesse histórico ou estético, a única preocupação era separar as imagens sagradas do mundo profano. No século de Péricles, na Acrópole de Atenas, existiu a famosa Pinacoteca, na ala Norte dos Propileus, onde se expunham uma série de pinturas notáveis. O museu mais renomeado foi, entretanto, o construído em Alexandria por Ptolomeu Filadelfo, de que fazia parte a célebre biblioteca. Mas, foi com o Renascimento, e com o gosto pelo colecionismo, que os primeiros acervos consideráveis puderam ser amalhados por nobre e cardeais.

Somente após a Revolução Francesa que se pensou em criar museus efetivamente ao alcance de todas as classes sociais. Os primeiros museus especializados — difundidos depois por vários países — surgiram na França, como o Louvre. Mais tarde, com a Revolução Industrial, foi criada uma nova categoria de museus, consagrada às artes industriais. O mais típico, fundado em Londres, é consequência direta da Exposição Universal de 1851: o Museu Vitória e Alberto.

Datam do século XX os museus de arte moderna, que são mostruários de arte e principalmente oficinas de criação artística e centros de pesquisa e de documentação.

Existem, no mundo, cerca de 1200 museus, dos quais metade na Europa, um quarto nos Estados Unidos, e o restante nos demais países. No Brasil, o primeiro museu foi fundado em 1818 por Dom João VI. Sua finalidade era coletar material referente à ciência natural e antropologia, transformando-se no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

O MUSEU DA ELETRICIDADE

Transcrevemos a seguir, na íntegra, o conteúdo da Resolução número 026, de 10 de fevereiro de 1977 (ATA número 644):

1. Criar, a partir de 1º de fevereiro de 1977, "Dia do Eletricitário Gaúcho", o MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.
2. O MUSEU DA ELETRICIDADE

DO RIO GRANDE DO SUL tornar-se-á, futuramente, um repositório de documentos, máquinas e equipamentos que testemunham o início e o desenvolvimento em nosso Estado, da utilização da eletricidade como fonte de energia.

3. O "MUSEU" passará a fazer parte integrante da estrutura organizacional da Superintendência de Relações Públicas, ficando subordinado diretamente ao Superintendente.
4. A Superintendência de Relações Públicas deverá desenvolver as seguintes atividades iniciais visando a formação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL:

4.1 — Pesquisar a documentação antiga existente no arquivo localizado no CETAF e em outros locais de trabalho da Empresa, com a finalidade de requisitar os documentos que possam interessar ao MUSEU;

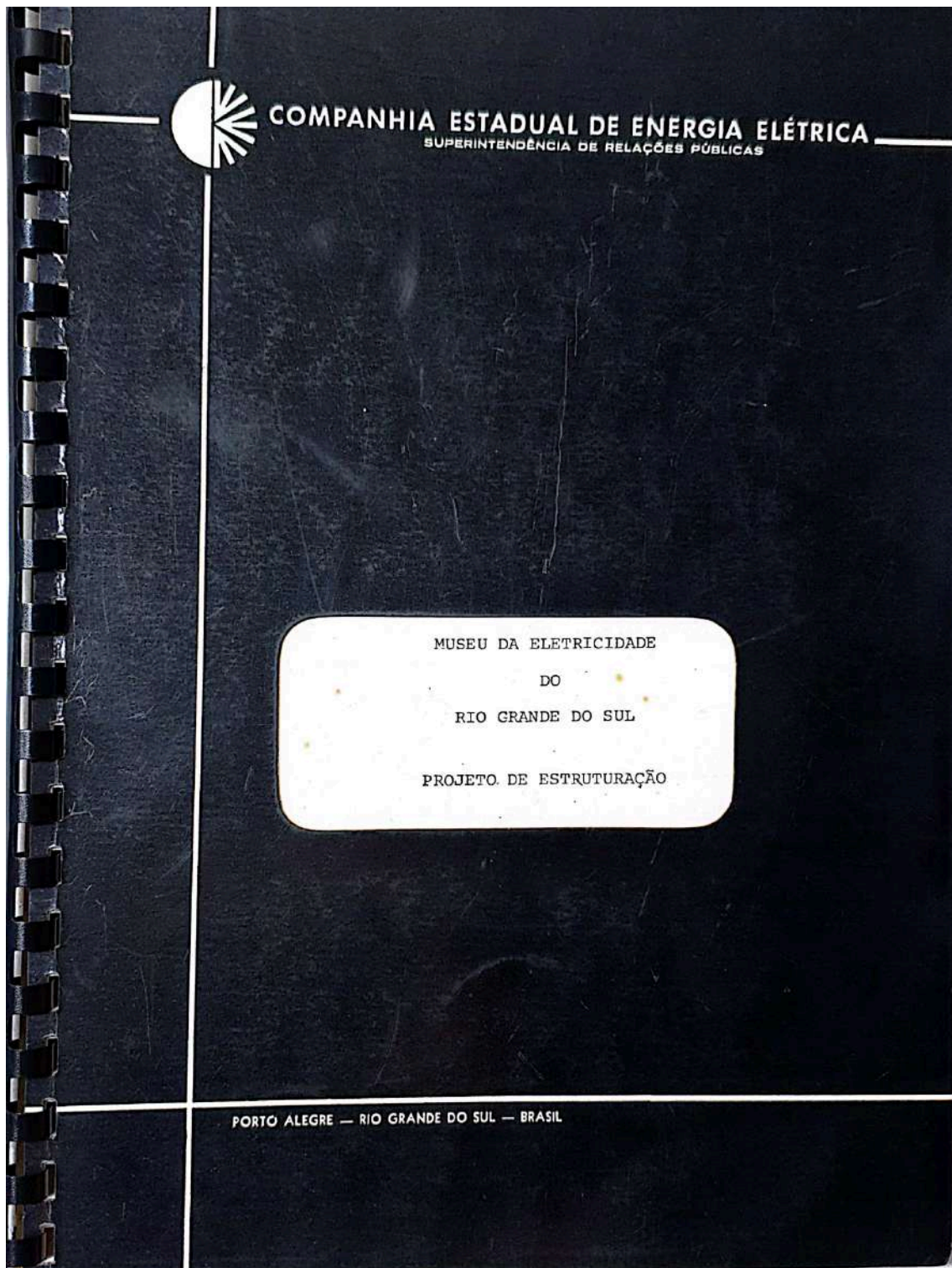
4.2 — Cadastrar os elementos históricos que possam interessar, visando evitar possíveis alienações;

4.3 — Indicar, periodicamente, à Diretoria Colegiada, através do Presidente, todos os elementos históricos cadastrados visando o seu transporte e depósito no recinto do CETAF, temporariamente.

5. A Superintendência de Relações Públicas deverá apresentar em prazo não superior a 30 dias, para apreciação da Diretoria Colegiada, um plano preliminar visando a instalação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL sugerindo localização, dimensões, configuração e outras condições gerais que facilitarão a condução final do plano.

6. O Presidente, através de "Circular", fará as comunicações necessárias ao conhecimento das chefias e demais empregados da Companhia, da criação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Os termos da Resolução foram levados ao conhecimento do público interno da Empresa, através da Circular número 03/77, de 17 de fevereiro de 1977.

ANEXO H - PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DO MERGS, 1979.





COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Superintendência de Relações Públicas

MUSEU DA ELETRICIDADE
DO
RIO GRANDE DO SUL
PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO



COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Superintendência de Relações Públicas

O MERGS SERÁ UM ELO COM O PASSADO

E A

ABERTURA PARA O FUTURO



COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Superintendência de Relações Públicas

Í N D I C E

A) - Encaminhamento do Projeto ao Sr. Assessor de Administração - ACPC	03
B) - Projeto de Estruturação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul - MERGS	04
- I Parte: Introdução	05
- II Parte: Histórico	08
- III Parte: Estruturação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul - MERGS	11
- IV Parte: Plano de Lotação	17
- V Parte: Anexos	19
1. Resolução nº 026 (10.02.77)	20
2. Circular 03/77 (17.02.77)	23
3. Atestado de Funcionamento	25
4. Certificado de Entidade Cultural	27
5. Organograma do MERGS	29



Ilmo. Sr.
Téc. Adm. Cesar Augusto Feijó Machado Porto Alegre,
Assessor de Administração 12 de julho de 1979.

Senhor Assessor:

Encaminhamos, em anexo, para exame de Vossa Senhora, a fim de, posteriormente, ser submetido à consideração do Senhor Presidente, visando sua aprovação pela Diretoria da Companhia, o projeto de estruturação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul - MERGS.

Atenciosamente,

PRÉSIDÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS
[Signature]
RUY JOAQUIM DUARTE
Chefe do Gabinete de Programação e Informação

Visto:

[Signature]
PRÉSIDÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS
SALVADOR LUIZ ABECH
Superintendente



PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO

DO

MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

I Parte: Introdução

II Parte: Histórico

III Parte: Estruturação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul - MERGS

IV Parte: Plano de Lotação

V Parte: Anexos

1 - Resolução nº 026 (10.02.77)

2 - Circular 03/77 (17.02.77)

3 - Atestado de Funcionamento

4 - Certificado de Entidade Cultural nº 40

5 - Organograma do MERGS



I - INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

A palavra museu deriva de MUSEION - o templo das nove Musas, que existia no Hêlicon, em Atenas, e que tinha o seu tesouro composto de objetos preciosos oferecidos aos deuses em sinal de agradecimento. O primeiro museu foi, portanto, um estabelecimento religioso onde se guardavam preciosidades e esse caráter deixou resíduos no conceito que posteriormente se foi elaborando de museu.

Segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM - International Council of Museums) "é reconhecida a qualidade de museu a qualquer instituição permanente que conserve e apresente coleções de objetos de caráter cultural ou científico, para fins de estudo, educação e satisfação".

Esta definição abrange "galerias permanentes de exposições, dependentes de bibliotecas ou de centros de dependências, assim como os tesouros de igrejas, locais históricos, arqueológicos e naturais, desde que abertos oficialmente à visita pública; os jardins botânicos e zoológicos, aquários e outras instituições que apresentem espécimes vivos; os parques naturais". O que foi feito anteriormente mostra bem o caráter complexo da instituição, e a variedade dos problemas que surgem além da questão da legitimidade e verdadeira utilidade da sua existência.

O museu é considerado um catalizador, comunicador e dinamizador em potencial de uma população, tornando-a consciente da responsabilidade que possui como guardião do seu patrimônio cultural, perpetuando no tempo e no espaço os seus padrões culturais tradicionais. Estes, estão conservados não só nos museus, como também nas bibliotecas e nos arquivos. O museu, por ser depositário de objetos, tem sua importância destacada, pois atinge indistintamente os homens, de várias idades e de níveis culturais que podem ir dos analfabetos aos intelectuais.



Atualmente, o objetivo primordial de um museu, é a educação, sobretudo de um museu com peças históricas que deve ensinar e rememorar como viveram e vivem os povos. No contexto atual, o museu apresenta - um verbo "ver" (o que existe num museu é para ser visto e bem visto) e um substantivo, "educação", pois é no museu que se aprende mais, e mais-facilmente, porque lá estão os elementos palpáveis, bi e tri dimensionais.

Apresenta um papel estético e social, aprimorando a cultura e o gosto do público. O papel social é primordial e intrínseco e assim deve continuar. Apesar de seu papel importante na educação, o museu deve guardar a apresentação muito pouco notória de estabelecimento de aprendizagem pois a aparência pedagógica monotoniza muito, desmerecendo o objeto. Os museus devem existir principalmente para o público, e não para os eruditos e para os museólogos. Neste momento os museus científicos dadas as condições econômicas, tem mais atrativos que os museus de arte.

Em suma, o museu é uma contribuição para firmar a circunstância do homem, valorizando as raízes culturais locais, conduzindo-o a participar da história global do homem. Ele está preservando o futuro da cultura humana, tão necessária ao desenvolvimento espiritual do homem. O museu representa um elo com o passado e a abertura para o futuro; é esta a posição primordial que temos que conscientizar.



II - HISTÓRICO



HISTÓRICO

O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul - MERGS, foi criado pela Diretoria Colegiada através da Resolução nº 026, de 10 de fevereiro de 1977, por iniciativa da Superintendência de Relações Públicas.

As atividades iniciais após a criação do MERGS, durante os anos de 1977 e 1978, podem ser resumidas nas seguintes etapas:

1ª Etapa: Estudos Preliminares. Quando foram realizadas pesquisas e estudos junto aos outros museus do Estado, com a finalidade de agrupar informações para a montagem do projeto. Nestes locais foram efetivados os estudos, além de assessoramentos bibliográficos.

2ª Etapa: Projeto de Implantação. De posse dos dados colhidos na 1ª Etapa, foi encaminhado ao Sr. Presidente da CEEE, em 10 de março de 1977, para a aprovação da Diretoria Colegiada, o projeto de implantação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, que sinteticamente, justificava sua criação, juntamente com os objetivos, os setores, a estrutura, as atividades, a lotação, a localização provisória, fluxograma e anexos.

3ª Etapa: Execução. Nesta fase, o MERGS encontrava-se instalado numa das salas da Superintendência de Relações Públicas como órgão integrante de sua estrutura organizacional, estando diretamente subordinado ao Superintendente. Durante o exercício de 1977, foram iniciadas as atividades administrativas referentes ao seu acervo, o qual ficou em exposição para os empregados da CEEE, assim como, para visitantes eventuais da SRP.

.....



4ª Etapa: Inauguração. Em 31 de janeiro de 1978, o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul foi inaugurado pelo Sr. Secretário de Energia, Minas e Comunicações, Walter Jobim Filho e presidente Sylvio Freitas, nas dependências da SRP, em data integrante das comemorações dos 35 anos de fundação da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

5ª Etapa: Vinculação como Entidade. Em 03 de outubro de 1977, foi encaminhado à Secretaria da Educação e Cultura, através do Conselho Estadual de Cultura, a correspondência nº SG/77/1-1272 do presidente Sylvio Freitas, solicitando o cadastramento do MERGS naquela entidade. Em 07 de abril de 1978, foi outorgado pela Secretaria de Educação e Cultura, através do Conselho Estadual de Cultura, o certificado de Entidade Cultural nº 40, comprovante de que o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, acha-se devidamente cadastrado.

6ª Etapa: Abertura do MERGS ao público em sede locada. Em 29 de julho de 1978, o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, no prédio situado à rua Gonçalo de Carvalho nº 209, em solenidade que contou com a presença do Secretário de Energia, Minas e Comunicações, Walter Jobim Filho, representando o Governador do Estado; do presidente da ELETROSUL, Luis Cals de Oliveira; do presidente Sylvio Freitas; diretores da CEEE; convidados especiais; autoridades civís e militares; e público interno, o Museu foi aberto à visitação pública.



III - ESTRUTURAÇÃO



MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - MERGS

1. CARACTERIZAÇÃO DO ÓRGÃO:

1.1 - OBJETIVO.

O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul - MERGS, é órgão integrante da estrutura organizacional da ~~Superintendência de Relações Públicas~~ ^{Associação de Comunicação Social} e tem por finalidade, agrupar, conservar, estudar, expor para fins educativos - exame e estudo - e de lazer, e animar as coleções específicas no campo da eletricidade, retirando o máximo de valores técnico-culturais.

1.2 - POSIÇÃO HIERÁRQUICA.

Dentro da estrutura existente, o Museu está subordinado ao ~~Superintendente de Relações Públicas~~ ^{a Associação de Comunicação Social}, a nível de ~~Departamento~~ Seção.

1.3 - COMPOSIÇÃO.

O Museu é composto pelos seguintes componentes organizacionais:

- VER SETORES?*
- Seção de Documentação e Pesquisa
 - Seção de Difusão Cultural

2. ATRIBUIÇÕES DO MERGS:

- 2.1 - Programar as atividades técnicas e administrativas do Museu, elaborando instruções e normas para funcionamento do mesmo.
- 2.2 - Manter e conservar as instalações do MERGS em condições normais de funcionamento.
- 2.3 - Pesquisar documentação existente nos arquivos, bibliotecas e outros locais de trabalho da Empresa, com o objetivo de requisitar documentos que se relacionem com as finalidades do MERGS.

....



- 1 2.4 - Pesquisar e identificar peças; recolher e catalogar as que forem doadas ao Museu.
- 2 2.5 - Providenciar na restauração e conservação de peças do acervo.
- 2.6 - Indicar à Diretoria, periodicamente, os elementos históricos cadastrados e proceder ao inventário anual do acervo.
- 3 2.7 - Incentivar a classe eletricitária e a comunidade, a colaborar na indicação e doação de novos elementos e peças históricas para o Museu.
- 2.8 - Elaborar trabalhos técnicos com vistas a publicação dos mesmos sob a forma de catálogos, guias, folhetos e promover a realização de conferências, palestras e outros eventos de divulgação.
- 4 2.9 - Difundir o acervo do Museu com a utilização de técnicas específicas, dinamizando-o culturalmente através de visitas guiadas, painéis, meios visuais e outros métodos.
- 7 2.10 - Manter intercâmbio com entidades afins, visando a troca de informações e ao aperfeiçoamento das técnicas museológicas.



3. ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA:

- 3.1 - Executar pesquisas históricas relacionadas com as finalidades do MERGS.
- 3.2 - Proceder a avaliação histórica do acervo do Museu.
- 3.3 - Providenciar no recolhimento ao Museu, das peças doadas e realizar, após a avaliação, a restauração das mesmas.
- 3.4 - Realizar tombamento, identificação, seleção e catalogação das peças.
- 3.5 - Identificar as peças sob o ponto de vista científico, de exposição e da ação educativa cultural.
- 3.6 - Providenciar, com regularidade, na restauração e conservação do acervo do Museu.
- 3.7 - Zelar pela segurança das peças catalogadas.
- 3.8 - Proceder ao inventário anual do acervo do Museu.
- 3.9 - Manter cadastro geral e detalhado de documentação das peças que constituem o acervo do MERGS.
- 3.10 - Preparar e manter as instalações do MERGS, visando condições adequadas para exposição de peças.
- 3.11 - Executar as tarefas administrativas e de apoio necessárias ao funcionamento do MERGS, de acordo com normas e instruções vigorantes e em conformidade com a orientação traçada pela Superintendência.
- 3.12 - Manter cadastro atualizado dos bens permanentes em uso no Museu.
- 3.13 - Auxiliar a Seção de Difusão Cultural com fornecimento de dados históricos para a realização de eventos promocionais.



4. ATRIBUIÇÕES DA "SEÇÃO DE DIFUSÃO CULTURAL":

- 4.1 - Executar pesquisas visando a realização de eventos e instrumentação promocionais do Museu.
- 4.2 - Realizar eventos promocionais do Museu, em conformidade com a programação geral da Superintendência e sob a orientação do Departamento de Produção Editorial e Promoções.
- 4.3 - Desenvolver programa institucional visando a incentivar doações de peças e documentos históricos.
- 4.4 - Executar a programação de visitas ao Museu, preliminarmente aprovada pelo Superintendente.
- 4.5 - Difundir aos diversos públicos os planos e as realizações do MERGS.
- 4.6 - Fornecer ao público, dados e informações referentes ao acervo do MERGS.
- 4.7 - Fornecer ao público material bibliográfico sobre a história da energia elétrica.
- 4.8 - Exibir regularmente, nas dependências do Museu, filmes, audiovisuais, documentários e outros instrumentos de divulgação de acordo com programação elaborada conjuntamente com o DEPEP.
- 4.9 - Preparar material de divulgação do Museu, para difusão pelo DEPEP, através dos veículos de comunicação social.
- 4.10 - Elaborar trabalhos técnicos específicos sobre o Museu, com vistas a publicação dos mesmos sob a forma de catálogos, guias e folhetos.
- 4.11 - Programar, organizar e promover palestras e conferências sobre museologia e colaborar com o DEPEP na realização de outros eventos a serem efetivados no MERGS.

....



4.12 - Organizar e realizar, em coordenação com o DEPEP, exposições permanentes, temporárias e itinerantes, específicas de peças do Museu, em feiras e exposições.

4.13 - Transmitir à Seção de Documentação e Pesquisa, dados e informações eventualmente colhidas e que possam enriquecer os cadastros de documentação mantidos pela mesma.



IV - PLANO DE LOTACÃO



SITUAÇÃO ATUAL		LOTAÇÃO EXPERIMENTAL PROPOSTA ÓRGÃOS E CARGOS	QUANT. CARGOS	OBSERVAÇÕES
N O M E S	CARGOS			
	-	<u>MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE</u> <u>DO SUL - MERGS</u> Chefe	1	Vago
	-	1	
	-	<u>SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA</u> ----- Chefe	1	Vago
	-	Auxiliar de Biblioteca	1	Vago
	-	Auxiliar de Escritório	1	Vago
	-	Auxiliar de Serviços Gerais	1	Vago
	-	Auxiliar de Conservação	1	Vago
	-	<u>SEÇÃO DE DIFUSÃO CULTURAL</u> ----- Chefe	5	
	-	Téc. em Relações Públicas	1	Vago
	-	Escriturário	1	Vago
	-	Auxiliar de Expediente	1	Vago
	-	Auxiliar de Escritório	1	Vago
	-	Contínuo	1	Vago
	-		6	



V - ANEXOS

1. - Resolução nº 026 (10.02.77)
2. - Circular 03/77 (17.02.77)
3. - Atestado de Funcionamento
4. - Certificado de Entidade Cultural nº 40
5. - Organograma do MERGS



1 - RESOLUÇÃO Nº 026



DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO N.º 026 , DE 10.02.1977

PROCESSO N.º

EXPEDIENTE N.º s/nº

ATA N.º 644

ASSUNTO: Criação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.

- RESOLUÇÃO: 1. Criar, a partir de 1º de fevereiro de 1977, "Dia do Eletricitário Gaúcho", o MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.
2. O MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL tornar-se-á, futuramente, um repositório de documentos, máquinas e equipamentos que testemunham o início e o desenvolvimento em nosso Estado, da utilização da eletricidade como fonte de energia.
3. O "MUSEU" passará a fazer parte integrante da estrutura organizacional da Superintendência de Relações Públicas, ficando subordinado diretamente ao Superintendente.
4. A Superintendência de Relações Públicas deverá desenvolver as seguintes atividades iniciais visando a formação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL:
- 4.1 - Pesquisar a documentação antiga existente no arquivo localizado no CETAF e em outros locais de trabalho da Empresa, com a finalidade de requisitar os documentos que possam interessar ao MUSEU;
- 4.2 - Cadastrar os elementos históricos que possam interessar, visando evitar possíveis alienações;
- 4.3 - Indicar, periodicamente, à Diretoria Colegiada, através do Presidente, todos os elementos históricos cadastrados visando o seu transporte e depósito no recinto do CETAF, temporariamente.
5. A Superintendência de Relações Públicas deverá apresentar em prazo não superior a 30 dias, para apreciação da Diretoria Colegiada, um plano preliminar visando a instalação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL sugerindo localização, dimensões, configuração e outras condições gerais que facilitarão a condução final do plano.



DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO N.º 026 , D.º 10.02.77

PROCESSO N.º

EXPEDIENTE N.º s/nº

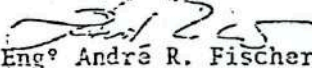
ATA N.º 644

ASSUNTO: continuação.

F1.02

RESOLUÇÃO: 6. O Presidente, através de "Circular", fará as comunicações necessárias ao conhecimento das chefias e demais empregados da Companhia, da criação do MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.


Em 10.02.77


Eng.º André R. Fischer
Secretário Geral

cc CPO



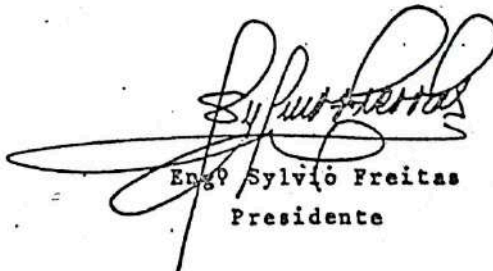
2 - CIRCULAR 03/77

	CIRCULAR	03/77 DATA
	ASSUNTO	17 FEV. 77 ORIGEM
CRIAÇÃO DO MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - PRÉS/SRP		

DO PRESIDENTE

A TODAS AS CHEFIAS E
DEMAIS EMPREGADOS DA COMPANHIA

1. Levamos ao conhecimento de todas as Chefias e demais empregados da Companhia, que a Diretoria Colegiada, através da Resolução nº 026, de 10.02.1977, anexada por cópia a esta Circular, resolveu criar, a partir de 01/02/1977, data em que se comemora o "Dia do Eletricário Gaúcho", o MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.
2. Recomendamos a todas as Chefias e demais empregados que colaborem para a formação do "MUSEU", informando à Superintendência de Relações Públicas sobre a existência e localização de elementos históricos que possam interessar a essa realização.


Engº Sylvio Freitas
Presidente



3 - ATESTADO



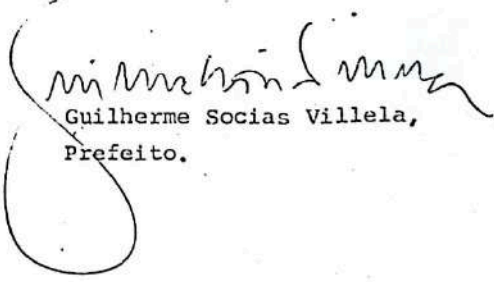
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

A/330/77

* A T E S T A D O *

ATESTO, em face do que consta no processo nº 36461/77, que o MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - CEEE, sito na av. Borges de Medeiros, 261, 11º andar, nesta Capital, Estado do Rio Grande do Sul, está em pleno e regular funcionamento no atendimento de suas finalidades estatutárias, sob a presidência do Engº. Sylvio Freitas.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 19 de outubro de 1977


Guilherme Socias Villela,
Prefeito.

LC



4 - CERTIFICADO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Nº 40
VÁLIDO POR 2 ANOS

CERTIFICADO DE ENTIDADE CULTURAL

- MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL -

PORTO ALEGRE - RS

o CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, na forma das disposições legais, CONFERE o presente certificado de Entidade Cultural, cadastrada no órgão estadual de cultura, conforme decisão registrada em Ata nº 477 de 05 de abril de 1978.

Porto Alegre, 07 de abril 19 78.

ÓRGÃO:

Autônomo:
Mantenedor: Companhia Estadual de
Energia Elétrica


MARIO CALVET FAGUNDES
Presidente



5 - ORGANOGRAMA

